

**A IMPLANTAÇÃO DA RESERVA DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
MAMIRAUÁ: UM CASO NO PROCESSO DE
REORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DA
AMAZÔNIA BRASILEIRA NO FINAL DO
SÉCULO XX**

VICENTE PAULO DOS SANTOS PINTO

Clio Edições Eletrônicas
Juiz de Fora
2003

FICHA CATALOGRÁFICA

PINTO, Vicente Paulo dos Santos. **A implantação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá: um caso no processo de reorganização territorial da Amazônia brasileira no final do século XX.** Juiz de Fora: Clio Edições Eletrônicas, 2003, 47p.

ISBN: 85-88532-05-0

Clioedel

- Clio Edições Eletrônicas -

**Projeto virtual do Departamento de História
e Arquivo Histórico da UFJF**

E-mail: clioedel@ichl.ufjf.br

<http://www.clionet.ufjf.br/clioedel>

Endereço para correspondência:

Departamento de História da UFJF

ICHL - Campus Universitário

Juiz de Fora - MG - Brasil

CEP: 36036-330

Fone: (032) 229-3750

Fax: (032) 231-1342

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

Reitora: Profa. Dra. Maria Margarida Martins Salomão

Vice-Reitor: Prof. Paulo Ferreira Pinto

Pró-Reitor de Pesquisa: Profa. Dra. Cláudia Maria Ribeiro Viscardi

Diretor da Editora: Profa. Vanda Arantes do Vale

À minha mãe, Regina:

As mulheres geram a vida, geram os homens.

Terra – germina a semente.

Água – alimenta a flor.

Ar .

Fogo – amálgama sonhos e desejos.

As mulheres geram a vida, findam como mulheres.

AGRADECIMENTOS

São muitas as pessoas que quero agradecer, sem elas o fruto do trabalho não seria colhido:

Prof^ª. Bertha, pelo exemplo, apoio e incentivo.

Misael, professor e amigo. Com você pude compartilhar a emoção de viver a Amazônia.

Wilson Acácio, pelo pontapé inicial.

Colegas e alunos do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Juiz de Fora. Sem vocês eu não poderia ter tido a oportunidade de transformar a Geografia em um grande valor. Grato pelo apoio, compreensão e cumplicidade.

Alunos e amigos de Tefé (AM), em especial, Claudemir, lembranças e saudades.

Funcionários da Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Colegas e alunos do Colégio dos Jesuítas e do CES, em especial, Jader, Hermínia e Flávia, pelo apoio e fraternidade.

Diretores destas instituições, pelo apoio e reconhecimento.

Maria Lucia, colega de Amazônia, pela contribuição fundamental na construção da problemática.

Laís Menezes, que no momento de maior dificuldade, esteve disponível e ajudou na busca de novos caminhos para a dissertação.

Geógrafos da Plangeo, Cláudio, Áureo e Júlio, pelo belo serviço dos mapas.

Vitória, pela revisão e interlocução.

Eneida, pela formatação e impressão final do trabalho.

Dona Di, minha vó querida, pela presença em nossas vidas.

Meus tios e primos, minha família querida, sentimentos do mundo compartilhados em comunidade.

Tia Gláucia, Tio Guigui e meus primos, sua casa, minha casa, aconchego e alegria de gente mineira em Niterói.

Regina Míriam, pela vivência da fé em Deus, do amor e da dignidade.

Maurício Pinto, meu pai, homem de valor, seu legado para nós, seus filhos, frutificou em nossos corações.

Apa e Nilcéa, eterna gratidão por tudo aquilo que deram a mim e meus irmãos.

Zeca, Tarcísio, Có e Beto, meus irmãos queridos, sem vocês a minha vida não teria o mesmo significado.

Luan, menino-lua que entrou na minha vida, afago de criança no rosto pelas horas de computador longe das brincadeiras de menino.

Rachel, amor e tesão. Sem o seu companheirismo e incentivo eu não conseguiria.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar o processo de implantação de uma Unidade de Conservação (UC), na Amazônia brasileira, neste final de século XX: a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (RDSM), uma UC implantada numa região de várzea, na confluência do rio Solimões com o Japurá, no Estado do Amazonas, próxima à cidade de Tefé.

A implantação desta Reserva constitui-se em um caso significativamente específico pois, para sua concretização, diferentes atores sociais tiveram que se articular, compondo um interessante sistema de parcerias. A UC foi decretada, inicialmente como Estação Ecológica, pelo Governo do Estado do Amazonas, em 1990, com base no Projeto Mamirauá, um projeto estruturado por pesquisadores e cientistas, liderados pelo biólogo brasileiro, José Márcio Ayres, um dos responsáveis pela fundação, em 1991, de uma Organização Não-Governamental (ONG) — a Sociedade Civil Mamirauá (SCM), que, posteriormente, obteve do Estado poderes para gerir a área. Em julho de 1997, o Plano de Manejo da RDSM foi concluído.

Pode-se constatar que, num curto espaço de tempo, a UC passa de uma categoria à outra e consolida sua implantação.

Minha preocupação central é situar a RDSM no processo em curso de reorganização territorial na Amazônia brasileira. Duas categorias geográficas foram fundamentais para a análise: a territorialidade e a gestão territorial. A partir delas, podem-se discutir as repercussões da consolidação do Projeto Mamirauá e da implantação da RDSM sobre a população local e a proposta de ocupação sustentável para as áreas de várzea da Amazônia brasileira.

Palavras-chave:

Amazônia – Geopolítica da Amazônia – Unidade de Conservação – Desenvolvimento Sustentável – Reorganização Territorial.

ABSTRACT

The aim of this study is to analyse the process of the establishment of a Conservation Unit (UC) in the Brazilian Amazon region at the present times: the Mamirauá Reserve of Sustainable Development (RDSM), set up on lowlands at the confluence of the Solimões and the Japurá Rivers in the Amazon State near the city of Tefé.

The establishment of such a Reserve is highly significant because, to carry out its project, different social groups got together and organized an interesting partnership system. The first decree issued by the government of the Amazon State announcing the UC as an Ecological Station dates back to 1990. It was based on the Mamirauá Project set up by scientists and researchers, whose leader, the Brazilian biologist José Márcio Ayres, was one who undertook the responsibility for the foundation, in 1991, of a Non-Governmental Organization (ONG) – the Mamirauá Civil Society (SCM) – which obtained, later on, from the government, the right to administrate the area. In July 1997, the Management Plan for the RDSM was completed.

We can clearly notice that in a very short period of time the UC changes from one category to another and consolidates its position.

In this work, my main concern is to place the RDSM in the present process of rearrangement of the Amazon region. Two geographical features were of great importance for the analysis: the territoriality and the territorial management. From now on, the repercussions of the Mamirauá Project consolidation and of the RDSM establishment for the local people and the proposal for a sustainable occupation of the Brazilian Amazon meadow areas can be discussed.

Key-words:

Brasilian Amazon – Geopolitic of the Amazon – Conservation Unit – Sustanaible Development – Rearrangement of the Amazon Region.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 1

CAPÍTULO I

MAMIRAUÁ NO CONTEXTO DO SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ...16

- 1.1 Constituição das Unidades de Conservação no Brasil
- 1.2 As Unidades de Conservação na Amazônia
- 1.3 Mamirauá: de Estação Ecológica à Reserva de Desenvolvimento Sustentável

CAPÍTULO II

MAMIRAUÁ: "PARAÍSO TERRESTRE" NA VÁRZEA DO MÉDIO SOLIMÕES

- 2.1 O Potencial Geoestratégico da Região onde se insere o Projeto Mamirauá
- 2.2 O Potencial Econômico-Ecológico de Mamirauá

CAPÍTULO III

AS COMUNIDADES DA VÁRZEA DO MAMIRUÁ

CAPÍTULO IV

A GESTÃO DO TERRITÓRIO

- 4.1 O Perfil Institucional do Projeto Mamirauá e as Parcerias 68
- 4.2 Ciência e Tecnologia, Instrumentos de Controle Territorial na Várzea do Mamirauá
- 4.3 O Espaço Organizado

CONSIDERAÇÕES FINAIS: MAMIRAUÁ NO NOVO CONTEXTO AMAZÔNICO

BIBLIOGRAFIA

INTRODUÇÃO

A idéia original deste trabalho surgiu a partir de minha experiência profissional na Amazônia¹ brasileira. Como professor-substituto da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), trabalhei no Projeto de Licenciaturas Plenas² desenvolvido pela instituição, durante o período de janeiro de 1993 a julho de 1996, em Tefé, cidade pólo da região do Médio Solimões, no Estado do Amazonas. Nesta oportunidade, pude vivenciar a realidade amazônica, conhecer alguns aspectos de sua natureza e me relacionar com os moradores da região. A inserção na sociedade local, através do trabalho, permitiu-me estabelecer relações sociais com um certo nível de aprofundamento e de comprometimento, relações pessoais e, também, institucionais. Como professor do Curso de

¹ Vista a partir do cosmos, a Amazônia Sul-americana corresponde a 1/20 da superfície terrestre, 2/5 da América do Sul e 3/5 do Brasil; contém 1/5 da disponibilidade mundial de água doce e 1/3 das reservas mundiais de florestas latifoliadas, mas somente 3,5 milésimos da população mundial. E 63,4% da Amazônia Sul-americana estão sob a soberania do Brasil. A Amazônia brasileira é, pois, a extensa reserva territorial da sociedade do País e um dos últimos grandes e ricos espaços pouco povoados do planeta. A imensa variedade de espécies biológicas das florestas e dos rios e seu delicado equilíbrio ecológico tornam o seu desenvolvimento sustentado uma incógnita: um desafio à ciência mundial e à sociedade brasileira em particular (Becker, 1995a).

² A UFJF vinha atuando na cidade de Tefé e adjacências desde junho de 1969. O Projeto de Licenciaturas Plenas em Tefé foi desenvolvido pela Universidade, em parceria com as Prefeituras da Região do Médio Solimões (AM) e a Secretaria de Educação do Estado do Amazonas. Anteriormente, este projeto se inseria dentro das ações do Projeto Rondon implementadas pela UFJF na região. Com a extinção da Fundação Rondon do Amazonas, em 1992, as Licenciaturas em Geografia, Letras e História foram viabilizadas por um novo modelo institucional, fruto dessas novas parcerias que não dependeram da ação direta do Governo Federal na região.

Licenciatura Plena em Geografia da UFJF, convivi com professores da cidade de Tefé e de outras nove cidades³ da região. Muitos dos alunos, além de professores, desempenham outras funções na sociedade local: são vereadores, secretários do poder executivo, juizes classistas, representantes legais de comunidades indígenas, etc. Desta vivência, surgiram questionamentos e dúvidas que me colocaram o desafio de um trabalho sistemático de investigação para tentar obter as respostas que procurava.

Ao longo destes três anos, observei intensas e significativas mudanças em Tefé e sua região que repercutiram de maneira clara sobre a organização territorial do lugar. Foram transformações perceptíveis a partir do nível local-regional que tiveram, como causa, processos relacionados tanto à escala nacional, quanto à escala global e que influenciaram a política governamental adotada pelo Estado brasileiro com relação à Amazônia e que afetaram Tefé e região. Novos recortes territoriais se configuraram, assim como novas formas de apropriação e uso do território. Novos atores entraram em cena, alguns atores tradicionais tiveram seu papel redimensionado (uns se fortaleceram, alguns se enfraqueceram), enquanto outros até se retiraram do cenário.

Este quadro traz fortes indícios do momento de transição que se configura na Amazônia brasileira. Talvez, a sua porção ocidental, onde se insere Tefé, seja a grande fronteira do espaço amazônico neste final de século. Ao se tomar a Amazônia Legal como referência constata-se que o conjunto de terras a oeste é aquele que mantém a natureza mais preservada, que menor impacto sofreu com a implantação dos “grandes projetos desenvolvimentistas” e de “integração nacional” das décadas anteriores e que ainda se encontra menos articulado com o todo do território nacional, dependendo do transporte hidroviário como meio de comunicação preponderante.

³ Além de Tefé, os alunos eram naturais de Alvarães, Uarini, Jutáí, Fonte Boa, Carauari, Japurá, Maraã, Juruá e Coari.

A potencialidade de geração de novas realidades se revela de maneira emblemática na região ocidental amazônica e, especialmente, em Tefé, um dos principais centros articuladores desta porção do território com o todo nacional e com o mundo.

Vivenciei este momento de transição, trabalhando para a UFJF, agente que perdeu posição. As reformas do Estado brasileiro, mais especificamente aquelas implementadas pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), e as mudanças de políticas públicas para a Amazônia, em especial a extinção do Projeto Rondon, atingiram em cheio a UFJF.

No final da década de 1960, após ser escolhida como umas das Instituições Federais de Ensino Superior a integrar o Projeto dos *Campi* Avançados (dentro do Projeto Rondon) e realizar estudos preliminares na região, a UFJF implantava seu *Campus* Avançado, em Tefé. Muitas ações institucionais foram desenvolvidas durante os anos setenta e oitenta. Com a extinção da Fundação Projeto Rondon, em 1988, o quadro político-institucional que sustentava as ações da Universidade na região se desconfigurou e as ações se tornaram descontínuas. Em 1992, foi extinta a Fundação Rondon do Amazonas, que havia encampado (somente no Estado do Amazonas) a estrutura e as atribuições do Projeto Rondon e, com isso, também, extinguíram-se os últimos mecanismos que permitiram a presença da UFJF na região, dentro do antigo modelo do Rondon. A permanência posterior da Universidade na região, de 1993 a 1996, só foi viabilizada em função de um novo tipo de convênio sustentado por novas parcerias – UFJF + Prefeituras + Estado do Amazonas + Prelazia de Tefé – sem a presença direta do governo central. Foi a partir deste convênio que se desenvolveram as Licenciaturas referidas anteriormente.

Porém, com o fim do Projeto das Licenciaturas, as ações da UFJF, na região, foram encerradas, pelo menos até o presente momento, pois as parcerias que as sustentavam tornaram-se inviáveis, devido, principalmente, ao custo do projeto para as prefeituras locais. Além disso, os dirigentes da UFJF não tiveram interesse em reestruturar as ações da

Instituição na região, redimensionando seu papel, articulando novas parcerias, adequando-se aos *novos tempos*.

Enquanto a UFJF perdeu posição, estando fora do cenário pois, desde julho de 1996, nenhuma ação foi desenvolvida na região, outro ator governamental se reforçou. O Exército Brasileiro intensificou suas ações sobre Tefé e região, tendo como razões políticas, inseridas no Programa Calha Norte, a ocupação da fronteira, a segurança nacional e o combate ao narcotráfico. Neste período, instalou-se, na cidade, a 16ª Brigada de Infantaria na Selva da Amazônia, com um contingente de cerca de 3.500 homens, boa parte dos quais, transferidos diretamente do Rio Grande do Sul para Tefé. Para montar a infra-estrutura necessária para a instalação da Brigada, o Exército incorporou ao seu patrimônio, em Tefé, terrenos, prédios e outros bens que pertenciam à União e ao Estado do Amazonas e que não estavam sendo “efetivamente ocupados” ou estavam sendo “subutilizados”, em virtude do fracasso dos projetos anteriormente implantados na região. A crise do Estado, a falta de verbas para manutenção dos projetos que perderam seus objetivos e a mudança de políticas públicas para a área foram, também, fatores que permitiram a tomada deste aparato pelo Exército. Dentre os bens encampados pelo Exército, destacam-se a Escola Agrotécnica, as terras e os aparelhos da Empresa Amazonense de Dendê (EMADE), algumas balsas da Petrobrás e, ainda, o Campus Avançado da UFJF em Tefé, que se transformou num hotel de trânsito para sargentos.

Neste contexto se insere um novo ator, que passa a marcar posições e a ser alvo principal de minhas pesquisas: o *Projeto Mamirauá*.

Em língua indígena, *mamirauá* significa mamas de Peixe-boi. Aqui, no entanto, o termo aparece para designar diferentes categorias, com diferentes atributos. No desenrolar do texto, estas categorias vão se sobrepor e, para que o leitor não se confunda, faz-se necessária uma definição precisa de cada uma delas.

Primeiramente, Mamirauá é conhecida como uma região localizada na várzea do Médio Solimões, próxima à cidade de Tefé (AM),

na Amazônia brasileira. Esta região é constituída por uma diversa e exuberante biota, típica das florestas tropicais úmidas de várzea, e por um rico conjunto hidrográfico.

Para viabilizar a implantação de uma Unidade de Conservação na região, pesquisadores ligados a diferentes instituições criaram um Projeto com o mesmo nome, bem como, uma Organização Não-Governamental, para administrar a UC e levantar fundos para o empreendimento, a Sociedade Civil Mamirauá.

E foi com o nome de Mamirauá que a UC – do tipo Estação Ecológica – foi batizada. Hoje, contudo, é denominada de Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá.

Portanto, o termo Mamirauá designa uma região reconhecida por seus moradores tradicionais. Associa-se, também, ao recorte territorial legalmente delimitado como UC pelo Estado do Amazonas, ao Projeto e à ONG. Denomina, ao mesmo tempo, uma porção do espaço vivido, uma área especial criada por lei, um conjunto de propostas e objetivos e de atores da sociedade civil, com seus papéis institucionais legalmente definidos. Todas estas dimensões possuem suas especificidades, precisam ser identificadas e reconhecidas.

Coloca-se hoje, como um fator de crucial importância, a necessidade de se conhecer os vetores de transformação regional que incidem sobre a Amazônia brasileira contemporânea antes de qualquer tomada de decisão política sobre sua ordenação territorial. Este desafio se coloca tanto para a sociedade brasileira, quanto para a política governamental que hoje procura retomar a ação sobre o território (Becker, 1995a).

A gestação do Projeto Mamirauá se dá em meados dos anos 80 e a implantação da UC, por ele proposta, acontece na primeira metade dos anos 90, período em que se evidencia o esgotamento do modelo nacional desenvolvimentista de ocupação regional, na Amazônia brasileira. Novas diretrizes para a ocupação do espaço amazônico começavam a se consolidar. Momento de transição. Um novo modelo de desenvolvimento

estava sendo produzido ao nível mundial — o *desenvolvimento sustentável* — e seus ecos repercutiam no Brasil, justificando um novo modelo de ocupação regional, não mais baseado na economia de fronteira, onde a natureza era vista como fonte inesgotável de recursos, capaz de possibilitar o crescimento econômico e a prosperidade infinita (Boulding, 1986; Becker, 1992a).

Os indícios de esgotamento do modelo da economia de fronteira na Amazônia são evidentes: mudaram as políticas governamentais do Estado brasileiro em relação à região, o que pode ser constatado pelo abandono de megaprojetos de infra-estrutura altamente impactantes e danosos à preservação do meio ambiente⁴.

Mas, as políticas nacionais mudaram porque também mudaram os critérios de financiamento para o desenvolvimento de projetos na Amazônia. Por exemplo, pode-se verificar que o próprio Banco Mundial, em 1996, reconheceu junto à opinião pública mundial, seu erro ao financiar o Projeto Polonoroeste⁵.

4 “(...) visto que Manaus procura fontes de energia para suprir necessidades que não foram atendidas pela Barragem de Balbina. A construção de linhas de transmissão da Venezuela poderia ter evitado a necessidade da proposta usina Cachoeira Porteira, a nordeste de Manaus, cujo custo projetado supera US\$ 1 bilhão. Isto e seu potencial de inundar até mil quilômetros quadrados levou o plano da represa de Cahoeira Porteira ser virtualmente abandonado (...) as mesmas tendências que criam vantagens estratégicas para um desenvolvimento sustentado na América do Sul estão tornando irrelevante o velho paradigma.” (Silva, 1997)

5 “(...) talvez o melhor exemplo conhecido de história de horror econômico e ambiental seja o Projeto Polonoroeste no Brasil. Financiado pelo Banco Mundial, este projeto envolveu a construção de rodovias e auto-estradas e a atração de colonos do Sul do Brasil para Rondônia, na Amazônia. A onda de imigrantes deflagrou um enorme estrago dos recursos naturais, incluindo um processo devastador de desmatamento em importantes ecossistemas, empresas de mineração que poluíram os rios com lama e produtos tóxicos, e sérios conflitos pela posse da terra. Rondônia perdeu mais de 40 por cento de suas florestas. Os ganhos

É lícito, portanto ter como hipótese, que estes fatos apresentados podem ser indícios de que está em marcha uma transição para um novo padrão de desenvolvimento – sustentável – e de inserção do Brasil na ordem mundial contemporânea. E, como fronteira, na Amazônia se estaria gestando um novo padrão de desenvolvimento, no qual o Projeto Mamirauá poderia ser uma de suas expressões.

Com efeito, desde sua criação, os elementos responsáveis pelo Projeto Mamirauá e pela implantação da Unidade de Conservação assumem um discurso de inovação, colocam-se como agentes que pautam suas ações nos pressupostos básicos do desenvolvimento sustentável.

De acordo com a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – CCMMMD – (1988), no denominado Relatório Brundtland, o desenvolvimento sustentável (DS) é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as próprias necessidades.

Quando se fala em necessidades deve-se pensar, sobretudo, nas necessidades essenciais das populações mais carentes. É preciso se ter noção das limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente, impedindo-o de atender as necessidades presentes e futuras.

Só se pode ter certeza da sustentabilidade física se as políticas de desenvolvimento considerarem a possibilidade de mudanças quanto ao acesso aos recursos e quanto a distribuição de custos e benefícios. Mesmo na mais estreita noção de sustentabilidade física está implícita uma preocupação com a equidade social entre gerações, que deve, evidentemente, ser extensiva à equidade em cada geração.

Em essência, o DS é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e

econômicos, em termos de diminuição da pobreza, foram insignificantes.” (Idem)

reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender as necessidades e aspirações humanas.

Muitos problemas derivam de desigualdades no acesso aos recursos. No âmbito das nações, a estrutura não-equitativa de propriedade da terra. No plano internacional, o controle monopolístico dos recursos.

A dificuldade para promover o interesse comum no DS provém do fato de não se ter buscado adequadamente a justiça econômica e social dentro das nações e entre elas.

Em todos os países, ricos ou pobres, o desenvolvimento econômico tem de levar também em conta a melhoria ou a deteriorização da reserva de recursos naturais em sua mensuração do crescimento.

Segundo Sachs (1993), todo o planejamento de desenvolvimento precisa levar em conta, simultaneamente, as seguintes cinco dimensões de sustentabilidade: a) **Sustentabilidade Social** – é a criação de um processo de desenvolvimento sustentado por uma visão de equidade na distribuição de renda e de bens, de modo a reduzir a diferença entre os padrões de vida dos ricos e dos pobres; b) **Sustentabilidade econômica** – é o gerenciamento mais eficiente dos recursos e de um fluxo constante de investimentos públicos e privados. Modificação dos serviços da dívida e dos termos desfavoráveis das barreiras protecionistas ainda existentes no Norte e do acesso limitado a ciência e tecnologia; c) **Sustentabilidade ecológica** – que poderia ser melhorada utilizando-se das seguintes ferramentas: 1ª) intensificar o uso do potencial de recursos dos diversos ecossistemas, com um mínimo de danos aos sistemas de sustentação da vida; 2ª) limitar o consumo de combustíveis fósseis e de outros recursos que são facilmente esgotáveis ou danosos ao meio ambiente, substituindo por recursos renováveis e/ou abundantes; 3ª) reduzir o volume de resíduos e de poluição, através da conservação de energia e de recursos e da reciclagem; 4ª) promover a autolimitação no consumo de materiais por parte dos países ricos e dos indivíduos em todo o planeta; 5ª) intensificar a pesquisa para obtenção de tecnologias de baixo teor de resíduo e eficientes no uso de recursos para o desenvolvimento urbano, rural e industrial e, por

fim, 6ª) definir normas para uma adequada proteção ambiental; d) **Sustentabilidade espacial** – deve ser dirigida para a obtenção de uma configuração rural-urbana mais equilibrada e melhor distribuição territorial dos assentamentos humanos, com ênfase em: 1ª) reduzir a concentração excessiva na áreas metropolitanas; 2ª) frear a destruição de ecossistemas frágeis; 3ª) promover a agricultura e a exploração agrícola das florestas através de técnicas modernas, regenerativas, por pequenos agricultores; 4ª) explorar o potencial da industrialização descentralizada, acoplada à nova geração de tecnologias e 5ª) **criar uma rede de reservas naturais e de biosfera, para proteger a biodiversidade**; e) **Sustentabilidade cultural** inclui a procura de raízes endógenas de processo de modernização e de sistemas agrícolas, integrando processos que busquem mudanças dentro da continuidade cultural e que traduzam o conceito normativo de ecodesenvolvimento em um conjunto de soluções específicas para o local, o ecossistema, a cultura e a área.

Para Guimarães (1995), há uma evolução do debate internacional a respeito da crise ambiental. Em Estocolmo-1972, as discussões localizaram-se em torno dos aspectos técnicos da contaminação provocada pela industrialização, no crescimento populacional e na urbanização, dando um caráter primeiro-mundista a reunião. Já na Conferência Rio-1992, os problemas do meio ambiente não foram dissociados dos problemas de desenvolvimento, uma visão já consagrada em 1987 no Relatório Brundtland. Se em Estocolmo se buscava encontrar soluções técnicas para os problemas de poluição e contaminação, a Conferência do Rio teve como objetivo examinar estratégias de desenvolvimento através de “acordos específicos e compromissos dos governos e das organizações inter-governamentais, com identificação de prazos e recursos financeiros para implementar ditas estratégias”.

Os problemas ambientais e ecológicos são frutos de um determinado estilo de desenvolvimento, um estilo de desenvolvimento ecologicamente depredador, socialmente perverso e politicamente injusto, tanto nacional como internacionalmente. As propostas de superação da

crise através do desenvolvimento sustentável, questionam este estilo de desenvolvimento.

A crise ambiental que afeta a humanidade exige novos modelos de desenvolvimento, um desenvolvimento que requer uma nova *ética*, que supere o economicismo que contamina o pensamento sobre o processo de desenvolvimento. Guimarães (Idem), afirma que a economia deixou de estudar os meios para o bem estar do ser humano e converteu-se num fim em si mesmo. Destaca ainda que a realidade empírica mostra que a acumulação da riqueza, isto é, o crescimento econômico, não é e jamais foi requisito ou pré-condição para o desenvolvimento do ser humano. As opções humanas de bem estar coletivo projetam-se muito além do bem-estar econômico, pois é o uso que uma coletividade faz de sua riqueza e não a riqueza em si que é o fator decisivo.

O modelo de crescimento atual, o estilo, as características e a direção de uma globalização sem identidade cultural tem demonstrado, que não funciona e que não responde às aspirações de bem-estar dos seres humanos. O crescimento é parte do problema e dificilmente será parte da solução.

A proposta de desenvolvimento sustentável diante dessa realidade parece plenamente justificável, porém Guimarães (Ibidem) questiona a sua aceitação generalizada por todos os setores, caracterizado por uma postura acrítica e alienada em relação a dinâmicas sociopolíticas concretas. O autor examina as contradições ideológicas, sociais e institucionais do discurso da sustentabilidade, objetivando transformar as dimensões da sustentabilidade, em critérios objetivos de política pública, evitando que esta não represente apenas um “enverdecimento” do estilo atual de desenvolvimento.

Mesmo com as importantes transformações no pensamento mundial a respeito da crise de desenvolvimento que se manifesta na crise do meio ambiente, as alternativas que se tem colocado, entre elas o desenvolvimento sustentável, revelam que não tem havido grandes avanços na busca de soluções definitivas e originais. As propostas atendem

a farmacopéia neoliberal e continuam prescrevendo programas de ajuste estrutural, redução do gasto público e de maior abertura em relação ao comércio e aos investimentos estrangeiros.

Enquanto o debate mundial sobre a crise ambiental indica a necessidade imprimir uma mudança profunda na forma de organização social e a interação com os ciclos da natureza, as alternativas de solução da crise supõem mudanças marginais nas instituições e regras do sistema econômico e financeiro internacional.

Neste contexto, as palavras lúcidas e críticas do mesmo Guimarães (1995) devem ser citadas:

(...) é em verdade impressionante, para não dizer contraditório do ponto de vista sociológico, a unanimidade do desenvolvimento sustentável. Resulta impossível encontrar um só ator de importância que se manifeste contrário à sustentabilidade. Se não bastasse o sentido comum em relação ao vazio dos 'consensos sociais absolutos', o próprio pensamento sobre desenvolvimento revela a pugna entre atores cuja orientação de ação oscila entre a disparidade e o antagonismo.

O que diz Guimarães no trecho acima ajuda na reflexão sobre a necessidade de se avaliar a sustentabilidade de projetos como Mamirauá. Sustentabilidade que deve ser medida através das ações implantadas pela gestão territorial do Projeto Mamirauá. Ações que podem, ou não, qualificar seus discursos e fazer com que possa ser reconhecido como um agente do desenvolvimento sustentável.

Partindo do suposto de que a compreensão da problemática da reorganização territorial na Amazônia, em sua extensão e complexidade,

passa pela abordagem de processos concretos que se constroem neste cenário, propõe-se aqui um estudo voltado para a análise do Projeto Mamirauá como um caso ilustrativo de transformação regional, criado para viabilizar a implantação de uma UC na várzea amazônica; os contenciosos geopolíticos relacionados à implantação desta UC, situando-a no âmbito dos processos de reorganização territorial em curso na região neste final de século.

A partir destes pressupostos se coloca a indagação central desta dissertação: O Projeto Mamirauá pode ser considerado como indicador de novos processos constitutivos da reorganização territorial da Amazônia brasileira contemporânea?

A questão e a hipótese formuladas balizaram a definição dos objetivos desta dissertação: analisar o processo de criação e de implementação do Projeto Mamirauá, visando identificar as inovações por ele trazidas no processo de reorganização regional.

O Projeto Mamirauá pode ser um referencial importante para a avaliação se, de fato, o modelo do desenvolvimento sustentável deixa a sua dimensão conceitual e ganha uma nova dimensão, concretizando-se como um novo modelo de ocupação espacial e de aproveitamento econômico. Ou, ao contrário, se trata da retórica de mais um projeto que visa possibilitar o acesso aos recursos amazônicos por agentes transnacionais; ou ainda, o acesso aos recursos financeiros internacionais por parte de agentes regionais e nacionais.

O estudo deste caso pode servir como subsídio para a implantação de outros projetos na Amazônia. As conseqüências de sua implantação sobre a conservação e a preservação dos recursos amazônicos, sobre as condições de vida das populações locais e para o desenvolvimento da pesquisa na Amazônia, ao serem analisadas, podem servir de balizamento para ações públicas e privadas.

O trabalho está estruturado em 5 capítulos. O Capítulo 1 aborda a evolução do conceito de área preservada, destinada à proteção e à conservação da natureza, tanto no mundo, quanto no Brasil, com atenção

especial para a Amazônia. Esta evolução é analisada a partir da noção de áreas silvestres até os modelos mais contemporâneos de Unidades de Conservação (UC), onde é abordada a questão da criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) no Brasil. Além disso, procura inserir a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Mamirauá (RDSM) neste contexto, apresentando seu processo de criação, no início da década de 90, na Amazônia brasileira, e sua evolução até meados da mesma década.

No Capítulo 2, discute-se o potencial estratégico da região onde se implantou a RDSM e procura-se descrever, sucintamente, a área da Reserva, evidenciando seu grande potencial ecológico e econômico, revelando a área como verdadeiro “paraíso ecológico”, importante reserva de natureza da várzea amazônica, de grande diversidade biológica, de espécies endêmicas e de importantes recursos naturais.

No Capítulo 3, procura-se fazer um levantamento das formas de ocupação e organização do território da região do Mamirauá, anteriores à criação da UC e do Projeto Mamirauá, destacando-se o papel primordial da Igreja Católica na estruturação das comunidades que vivem nesta porção da várzea amazônica.

No capítulo 4, o foco volta-se para a análise do Projeto Mamirauá, primeiramente no que é intrínseco a ele, seu caráter de inovação, de hibridismo e de parcerias que relacionam atores da escala local à escala global. Também é analisada a utilização da pesquisa científica e da inovação tecnológica no controle e na gestão do território. A partir daí, pode-se vislumbrar como as redes internacionais se constituem, colocando as matrizes genéticas e a biodiversidade da Amazônia à disposição de agentes constituídos fora da sociedade nacional.

Nas considerações finais, busca-se estabelecer um olhar crítico sobre o Projeto Mamirauá, discutindo-se, principalmente, as implicações da implantação do Plano de Manejo e, portanto, da gestão territorial, proposta pelo Projeto para a UC, sobre a territorialidade dos moradores locais e, conseqüentemente, as repercussões deste modelo de gestão sobre

novas possibilidades de aproveitamento e ocupação do espaço amazônico, neste final de milênio.

CAPÍTULO I: MAMIRAUÁ NO CONTEXTO DO SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Para que se possa ter a dimensão da importância da criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Mamirauá (RDSM), no sentido desta ser um tipo de Unidade de Conservação (UC) inovador e que pode trazer significativas repercussões sobre a política de conservação da natureza na Amazônia brasileira, é preciso discutir a evolução do próprio conceito de Unidade de Conservação e de área reservada no Brasil e contextualizar a criação da Reserva de Mamirauá neste processo.

1.1 Constituição das Unidades de Conservação no Brasil

Segundo vários autores, a preocupação com a conservação da natureza teve um marco com a noção de “áreas silvestres”, a partir da criação do primeiro Parque Nacional do mundo, o Yellowstone, em 1872, nos Estados Unidos, iniciativa que ocorreu durante expedição exploratória de colonização à região do rio com o mesmo nome. Yellowstone foi concebido como uma área protegida, em um contexto de valorização da manutenção de áreas naturais, consideradas como “ilhas” de grande beleza e valor estético, que conduziriam o homem à meditação. O grande avanço, em termos de conservação da natureza, determinado pela criação deste parque, foi a sua destinação para a preservação contra qualquer interferência ou exploração de recursos naturais dentro da área, garantindo-se seu estado natural em perpetuidade. (Packard, 1972; Milano, 1993; Diegues, 1994)

Ainda na segunda metade do século passado, conviviam duas correntes que pensavam a preservação/conservação da natureza. A *preservacionista* pretendia proteger a natureza contra o desenvolvimento industrial e moderno, reforçando, assim, a criação de áreas naturais protegidas. Esta corrente sofreu grande influência das idéias de Charles Darwin, que recolocava o homem no mundo animal e da noção de

“ecologia”, segundo a qual os organismos vivos interagiriam entre si e com o ambiente.(Vianna, 1994)

Reforçando o conceito de preservação, Diegues (1994) afirma que a essência da corrente preservacionista pode ser descrita como a reverência à natureza, no sentido da apreciação estética e espiritual da vida selvagem (wilderness).

Retomando as considerações de Vianna (1994), a segunda corrente seria a *conservacionista* que apregoava o uso racional dos recursos naturais, dentro de um contexto de transformação da natureza em mercadoria. Diegues (1994) observa que esta corrente defendia, assim, a prevenção do desperdício e a democratização na utilização dos recursos naturais, tornando-se uma corrente de pensamento crítico do desenvolvimento a qualquer custo.

Pode-se observar, então, que a ênfase das justificativas para a criação de áreas especiais (reservas de natureza) variava entre posições que, de um lado, reforçavam a beleza e a necessidade de preservação do patrimônio paisagístico e, de outro, afirmavam a necessidade de exploração racional dos recursos naturais e o desenvolvimento de pesquisas científicas a partir dos mesmos. Esse processo pode ser verificado também no Brasil.

No Brasil, embora o engenheiro e político, André Rebouças, inspirado pela criação do Parque estadunidense, tenha lutado, já a partir de 1876, pela criação dos parques nacionais da Ilha do Bananal e de Sete Quedas, o primeiro parque nacional, o Itatiaia, só foi criado em 1937.

O Código Florestal de 1934 já conceituava, além dos Parques Nacionais, as Florestas Nacionais, suscetíveis de exploração econômica e as Florestas Protetoras, áreas de preservação em propriedades privadas, apesar de só existirem, inicialmente, no texto da Lei. Posteriormente, foi aprovada, em 1948, a Convenção para a proteção da Flora, da Fauna e das Belezas Cênicas Naturais dos Países da América. Este fato não alterou significativamente as categorias de áreas preservadas no Brasil. Somente em 1965, com a assinatura do Novo Código Florestal, é que foram criadas

novas categorias, divididas em dois blocos: o das que não permitiam a exploração dos recursos naturais e o das que permitiam. Somente no final da década de 70, o debate sobre as áreas reservadas à proteção ambiental voltou a provocar alterações na Legislação Federal. Em 1979, foram regulamentados os Parques Nacionais e, em 1981, as Áreas de Proteção Ambiental e as Estações Ecológicas. (Vianna,1994)

O estabelecimento dessas áreas protegidas teve um grande impulso entre as décadas de 70 e 80, quando foram criadas cerca de 2.098 áreas especiais em todo o mundo, cobrindo mais de 3.100.000 km², em contraposição às 1.511 unidades existentes desde o início do século e que cobriam aproximadamente 3.000.000 Km². Hoje, cerca de 5% da superfície terrestre encontram-se legalmente protegidas, o que corresponde a 7.000 áreas da esfera federal, estadual, municipal e, ainda, de províncias e particulares, espalhadas por 130 países. (Kemf, 1993; In: Diegues, 1994)

Este processo também ocorreu no Brasil, no mesmo período, e pode ser explicado pelas novas diretrizes, em termos da gestão territorial, definidas pelo poder público nacional, influenciado pelas repercussões da Conferência de Estocolmo (CNUD-1972) e preocupado com a política de integração do território nacional. O quadro a seguir permite verificar a evolução do processo de criação de UCs no mundo e no Brasil.

Tabela 1.1

Número de Áreas Protegidas por
Décadas no Mundo e no Brasil

	No Mundo	No Brasil
Antes de 1900	37	0
1930 a 1939	251	3
1940 a 1949	119	0
1950 a 1959	319	3
1960 a 1969	573	8
1970 a 1979	1317	11
1980 a 1989	781	58

Fonte: Reid e Miller, 1989; IBAMA, 1989*. In Diegues, 1994.

* (estão incluídos parques nacionais, reservas biológicas, estações ecológicas, áreas de proteção ambiental, a nível federal somente).

Embora, de um ponto de vista técnico e mesmo político, alguns princípios filosóficos do estabelecimento de áreas protegidas já fossem identificáveis, nas primeiras décadas deste século, no Brasil, sua fundamentação técnico-política e, também, legal passou a ser expressiva, somente na década de setenta, após a criação do antigo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) (Milano, 1993).

O termo, Unidade de Conservação (UC), e não, área protegida ou área silvestre, foi utilizado originariamente por Jorge-Pádua, no documento “Diagnóstico do Subsistema de Conservação e Preservação de Recursos Naturais Renováveis” preparado para o IBDF em 1978 e adotado, oficialmente, pelo mesmo Instituto, no estabelecimento da política setorial de áreas protegidas, com a publicação do “Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil” em 1979.

A antiga Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) também adotou o termo Unidade de Conservação e, ao fazê-lo, promoveu seu estabelecimento legal, através da resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), nº. 011/87. Tal resolução, ainda que não conceitue Unidade de Conservação, estabelece “legalmente” a existência do termo e o princípio técnico da existência de categorias distintas de manejo, relacionadas a objetivos de conservação e manejos específicos (Milano,1993).

O processo de criação, manejo e gerenciamento de Unidades de Conservação esteve sob a coordenação de diferentes instituições até 1989, com a criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA), que se tornou o órgão central responsável por esta política setorial de meio ambiente. Segundo Milano (1993), do antigo IBDF, o IBAMA herdou o maior e mais representativo conjunto de unidades e, também, a base conceitual de conservação da natureza, no que se refere a unidades de conservação, seu ordenamento como sistema representativo e os princípios metodológicos de gestão e manejo planejados. Afirma ainda que, antes da fusão das instituições que formaram o IBAMA, em 1987, SEMA e IBDF iniciaram a elaboração do atual Programa Nacional do Meio Ambiente (PNMA) que, considerando a sistemática dificuldade de implantação do conjunto de unidades de conservação federais tem, como um de seus pilares de sustentação, o componente Unidades de Conservação (PNMA-UC). O programa, como um todo, visando fortalecer as instituições ambientais do país (federais e estaduais), consolidar o sistema nacional de unidades de conservação e ampliá-lo e, ainda, enfatizar a proteção de ecossistemas considerados prioritários, apresenta uma linha geral que destaca, politicamente, a importância das unidades de conservação. A execução do PNMA, com recursos básicos do Banco Mundial (BIRD) e a participação do Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW), por sua vez, não tem alcançado os objetivos propostos, especialmente no que concerne às unidades de conservação.

Em 1990, ocorreu significativa mudança conceitual na categorização de unidades de conservação no Brasil, com a criação das Reservas Extrativas (Decreto nº 98.897), espaços territoriais considerados de interesse ecológico e social, destinados à exploração sustentável dos recursos renováveis por população extrativa, mediante contrato de concessão de uso. (Vianna,1994)

O Brasil contava, em 1990, com cerca de 15 tipos de unidades de conservação, englobando aproximadamente 429 unidades ao nível federal, estadual e municipal, que ocupavam 48.720.109 ha. Cerca de 40.000.000 ha se encontravam na região amazônica, onde existiam somente 72 UCs (17%), enquanto que a região sul-sudeste detinha mais de 80% do total das UCs, ocupando uma área de, aproximadamente, 4.043.390 ha, isto é, apenas 8% do total das áreas destinadas às Unidades de Conservação no país. (Bacha, 1992; citado por Diegues,1994 e por Menezes,1995).

Ainda tramita na Câmara dos Deputados o projeto de lei 2.892/92, que cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), no âmbito do PNMA-UC, determinando a revisão conceitual e legal da situação encontrada no Brasil. Tal trabalho, cujo texto foi proposto pelo IBAMA, conceitua Unidade de Conservação como “espaços territoriais e seus componentes, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, de domínio público e privado, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos definidos, sob regimes especiais de administração, às quais se aplicam garantias adequadas de proteção”.

Segundo o IBAMA (1995), no Relatório Síntese – Unidades de Conservação no Brasil, Cadastramento e Vegetação (1991-1994) – as Unidades de Conservação são áreas protegidas e estabelecidas em ecossistemas significativos do território nacional pelo Governo Federal, bem como, pelas unidades da Federação, através dos respectivos Governos Estaduais e Municipais, em seu âmbito administrativo. A União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) reconhece três classes sob as quais estão agrupadas as categorias de manejo: uso indireto

dos recursos, uso direto dos recursos e reservas de destinação. Para melhor compreensão, o uso indireto dos recursos exprime a não ocupação do espaço considerado para fins de exploração direta; o uso direto dos recursos exprime a ocupação pelo homem, do espaço considerado, em sua plenitude racional; a reserva de destinação implica manter o espaço considerado incólume, de maneira a ser definido, no futuro, seu uso racional.

O processo de criação das unidades de conservação da natureza pressupõe diploma legal como, lei, decreto-lei, ou portaria, quando públicas e por resoluções, quando particulares. Nesse diploma são explicitados os objetivos e tipos de uso e ocupação permitidos em seu território, as proibições ou restrições. Segue-se a elaboração do memorial descritivo, explicitando a superfície para posterior demarcação da UC. O processo de implantação das unidades quase sempre se dá *a posteriori* da ocupação da área (Menezes, 1995).

1.2 As Unidades de Conservação na Amazônia

A criação de Unidades de Conservação representou, no contexto das políticas ambientais para a Amazônia, uma concepção de ordenamento e gestão do espaço, como parte de uma estratégia conservacionista. Desta forma, seu objetivo geral seria a preservação de áreas com atributos ecológicos importantes (Menezes, 1995).

A estruturação de Unidades de Conservação na Amazônia é extremamente relevante, representando 60,6% da área total de UCs já estabelecidas no Brasil (Menezes, 1995).

Para Ribeiro (1994), é, nas origens da Amazônia, que se encontram os fundamentos da biodiversidade e, em especial, da multidiversidade que, em sua totalidade, forma o complexo ecossistêmico mais exuberante do Trópico Úmido, pela riqueza de conteúdo, variedade de suas espécies e plurivalência de suas estruturas. Ora, os modelos de unidade de conservação, até hoje criados no País, abstiveram-se de ir ao

encontro dessa multidiversidade ambiental. As categorias criadas levam em conta, basicamente, as peculiaridades geográficas e a biodiversidade de regiões nordestinas e do centro-sul do País, o que é explicado pela circunstância de essas regiões terem servido como berço para a intervenção do Estado na criação de espaços especialmente protegidos. Há que ser corrigida essa distorção, pois as UCs criadas na Amazônia gozam, apenas, de relativa aplicabilidade ao patrimônio natural regional.

É compreensível que a realidade sócio-ambiental, com características específicas e uma interdependência forte e direta do homem diante da natureza, suscite questionamentos especiais que, a rigor, a unidade de conservação deve ter condições de responder. A criação de uma Unidade de Conservação na região amazônica, sem atentar para a realidade antrópica é, no mínimo, equívoca e alienante, na medida em que termina, necessariamente, por privilegiar a natureza diante do homem ou encontrar uma relação antitética entre ambos. Essa distorção, na concepção mesma da unidade, levará, seguramente, à adoção de medidas sectárias e prejudiciais ao homem ou à natureza, como entes irreconciliáveis, revelando, na melhor das hipóteses, um contra-senso em política ambiental. (Idem)

Nesse contexto, ressalta a tentativa de inovar na forma de proteger a natureza, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, expressão das mudanças em curso no Brasil e na Amazônia.

1.3 Mamirauá: de Estação Ecológica à Reserva de Desenvolvimento Sustentável

Através do Decreto-Lei nº 12.836 do Governo do Estado do Amazonas, em 9 de março de 1990, foi criada a Estação Ecológica do Mamirauá (EEM), a partir da proposta elaborada, em 1985, pelo biólogo, José Márcio Ayres, e pelo fotógrafo, Luis Carlos Marigo, que percorreram a área, entre os anos de 1983 e 1985, realizando estudos científicos e documentários fotográficos. A proposta inicial previa delimitação de uma

área aproximada de 712 km², definida por limites naturais, tendo o rio Japurá a leste, a norte o rio Jarauá e ao sul, o rio Solimões. Ao ser decretada a criação da EEM, a área foi estendida para 11.240 km², envolvendo a região compreendida entre os rios Japurá, Solimões e Auati-Paraná (Projeto Mamirauá, Relatório Semestral, #5, 1994).

No ano de 1984⁶, quando o lago Mamirauá estava protegido por uma portaria da Superintendência do Amazonas, do extinto IBDF, foi iniciado um trabalho sistemático de pesquisa por Ayres, sobre a sócio-ecologia do macaco uacari branco, com auxílio do INPA e do CNPq. No ano seguinte, Ayres enviou à SEMA (ex-Secretaria Especial do Meio Ambiente, hoje, parte do IBAMA) uma proposta para a criação de uma Estação Ecológica, totalmente constituída por várzea, via de regra negligenciada no SNUC.

Logo depois da criação da EEM pelo Estado do Amazonas, foi apresentado o Plano Para a Implementação da Estação Ecológica do Lago do Mamirauá, em abril de 1991. Este plano foi preparado pelo Museu Paraense Emílio Goeldi/CNPq, Wildlife Conservation International, Overseas Development Administration-U.K. e Universidade Federal do Pará; em colaboração com a Secretaria Estadual do Meio Ambiente e com o Instituto do Meio Ambiente do Amazonas, instituindo-se, desta forma, o Projeto Mamirauá, coordenado pelo Dr. José Márcio Ayres.

O Plano para Implementação da EEM foi enviado a instituições financiadoras nacionais e internacionais, propondo a criação de uma área focal de 200.000 ha, compreendida entre os rios Aranapu, Jupurá e Solimões, para a implantação piloto das atividades de manutenção da reserva que, segundo o Plano, posteriormente, deverão ser estendidas às demais áreas.

Foi criada, no início de 1992, a Sociedade Civil Mamirauá

⁶ Havia então, na região, muitos pescadores de pirarucu e tambaqui, e caçadores de jacaré que comercializavam a carne em mercados fora de Tefé (Ayres, 1993).

(SCM), uma ONG constituída por cientistas e profissionais liberais, com a finalidade específica de assumir, em nome do Governo do Estado do Amazonas, a gestão ambiental da Unidade de Conservação. A estrutura da sociedade civil vem sendo montada com o andamento do Projeto e, segundo seus administradores, a entidade deverá assumir os encargos administrativos e financeiros da Reserva, após o término do mesmo e a implantação definitiva da área protegida.

A Estação Ecológica de Mamirauá, através de seu corpo de cientistas e gestores, desenvolveu um largo trabalho, no sentido de compreender a realidade ambiental da área especialmente protegida, mantendo contatos diretos com as populações que habitam a região. Sua constatação mais importante foi, sem dúvida, a de que se trata de uma população que vive, exclusivamente, da exploração de recursos extraídos de Mamirauá. E mais, verificou-se que essa população já vive centenariamente na área e que forjou a sua cultura a partir de suas interações com o ambiente natural à sua volta. Esse enfoque foi, certamente o que lhe permitiu perquirir sobre a adequação do modelo institucional adotado à realidade de Mamirauá. (Ribeiro, 1994)

Na legislação brasileira, a denominação de Estação Ecológica refere-se a unidades de conservação não habitadas por populações humanas, reservados 10% de sua área para pesquisa e 90% para a preservação total. Fica evidente a incompatibilidade do modelo de Estação Ecológica com a realidade de Mamirauá e, assim, depois de estudos, consultas e gestões junto aos Órgãos Oficiais, os responsáveis pelo Projeto Mamirauá elaboraram um Projeto de Lei, encaminhado pelo Governo do Estado do Amazonas, através do qual um novo tipo de unidade de conservação foi proposto, chamado de Reserva de Desenvolvimento Sustentável. Em fins de junho de 1996, este Projeto de Lei foi aprovado pela Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas e a Lei foi promulgada, em 12 de julho do mesmo ano, pelo Governador Amazonino Mendes. Está prevista a proteção ambiental, assegurada a permanência das comunidades ribeirinhas que habitam a região e autorizada a exploração

sustentável dos recursos naturais, inclusive, o ecoturismo.

De acordo com o Projeto Mamirauá (1996b), a Sociedade Civil Mamirauá, criada no início de 1992, “é uma entidade sem fins lucrativos que tem como objetivo *contribuir para a conservação e preservação dos recursos naturais renováveis, em especial nas áreas de floresta inundável*, além de administrar os recursos recebidos para o desenvolvimento das atividades do Projeto e implantação da unidade de conservação. Uma das preocupações da Sociedade é com a manutenção a longo prazo da reserva.”

Dois elementos geopolíticos deste processo podem ser destacados: 1º) a criação da UC como instrumento institucional para a restrição do uso dos recursos naturais, indicativo de novas políticas governamentais para a Amazônia; 2º) a descentralização da gestão ambiental do âmbito federal para o estadual. Decretada a UC pelo Estado do Amazonas, para viabilizar a implantação do Projeto, parcerias inovadoras – por seu formato e por seus elementos – são realizadas.

Com a transferência da responsabilidade da gestão da área, do Estado do Amazonas para a Sociedade Civil de Mamirauá (SCM), outra dimensão da descentralização da gestão territorial se evidencia. De um lado, o Estado, incapaz de exercer sozinho a gestão, de executor passa para o papel de regulador; por outro lado, o fato de um agente do “Terceiro Setor” assumir as responsabilidades, que antes somente cabiam ao Estado, é revelador de um novo quadro político-institucional: mostra, nitidamente, que a mobilização da sociedade civil organizada pode colocar, no cenário, diferentes atores que passam a realizar importantes e novos papéis da gestão territorial do espaço amazônico.

O caráter de flexibilidade administrativa da ONG permite que instituições governamentais e não governamentais externas possam financiar a produção de uma proposta de plano de manejo da área e a implantação da infra-estrutura. Ao mesmo tempo, a presença de instituições nacionais salvaguardam o aspecto da soberania nacional.

Um outro elemento se coloca no cenário: a participação das

comunidades locais e a manutenção da sócio-biodiversidade. A presença centenária de moradores na área implica uma nova dimensão de gestão territorial. Para a efetivação da sustentabilidade, eles precisam, de fato, estar integrados no projeto de desenvolvimento e ter seu patrimônio sócio-cultural preservado. Esta situação implica uma questão legal: uma UC do tipo Estação Ecológica não contempla a realidade de Mamirauá.

Assim, para que a incorporação do homem amazônico no processo aconteça de fato e de direito e para que o Projeto “saia do papel”, é preciso, entre outros fatores fundamentais, que alterações legais na legislação ambiental brasileira, que cria e regula as Unidades de Conservação, sejam implementadas. Para sair desta situação paradoxal, os gestores de Mamirauá se empenham e obtêm sucesso na modificação da categoria legal⁷ à qual a UC estava enquadrada – de *Estação Ecológica Mamirauá* (EEM) a Unidade de Conservação evolui para *Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá* (RDSM), categoria legal que foi também criada pelo Estado do Amazonas, em julho de 1996.

Pode-se constatar que Mamirauá, enquanto UC, evolui rapidamente para o desenvolvimento sustentável, podendo ter uma forte influência na consolidação deste novo conceito de unidade de conservação

⁷ O modelo de implantação da EEM fundamenta-se em uma definição ampla de natureza a ser preservada. Seguindo as mais recentes orientações na discussão nacional e internacional, busca evitar os sectarismos ecológicos e reconhece a importância das áreas de preservação integradas a processos de desenvolvimento social (Lima- Ayres, 1994). A população local deverá ser mantida em suas áreas de posse, para o que a equipe da coordenação do programa vem trabalhando no sentido de propor a inclusão de uma nova categoria de reserva para a atual legislação estadual sobre unidade de conservação. A implantação da reserva busca conciliar os interesses da população de usuários tradicionais aos objetivos de preservação da biodiversidade. (...) **O Projeto Mamirauá, portanto, busca contribuir, com seus sucessos e fracassos para a implementação de práticas conservacionistas integradas ao desenvolvimento social** [grifo meu] (Projeto Mamirauá, Relatório Semestral # 5, 1994).

no Brasil. Percebe-se uma mudança significativa quanto ao interesse de se criarem áreas especiais (reservas de natureza), no Brasil. Consideram-se, não somente os atributos cênicos, a preservação e a conservação da biota, mas também a natureza como modelo, como base para pesquisa científica. Portanto, a natureza ganha valor, tanto como algo a ser conservado, quanto a ser pesquisado – como fonte de informação – e, assim, pode-se vislumbrar um novo modelo de produção, à medida que o Projeto Mamirauá e a RDSM se consolidam.

Por tudo isto, evidencia-se a relevância de Mamirauá como uma demonstração cabal de que novas parcerias têm sido capazes de definir novos territórios na Amazônia brasileira, implicando novos processos que estão mudando a atual face da organização espacial da região. Pode-se assegurar que a dinâmica do real requer que os modelos legais de regulação destes territórios, alguns sob a forma de Unidades de Conservação, evoluam e passem a se adequar a esta dinâmica. E, mais uma vez, a originalidade de Mamirauá se coloca – de Estação Ecológica a Unidade de Conservação, evoluiu, a passos rápidos, para Reserva de Desenvolvimento Sustentável, um tipo de UC até então inexistente no país.

CAPÍTULO II: MAMIRAUÁ: “PARAÍSO TERRESTRE” NA VÁRZEA DO MÉDIO SOLIMÕES

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Mamirauá (RDSM) ocupa uma área de 11.240 km², envolvendo a região situada entre os rios Japurá, Solimões e Auti-Paraná (um braço do Solimões que deságua no Japurá). Localiza-se na porção ocidental da Amazônia brasileira, na região do Médio Solimões, próxima ao pólo regional de Tefé (AM), abrangendo parte das terras de sete municípios: Japurá, Fonte Boa, Maraã, Jutai, Juruá, Uarini e Alvarães. A grande extensão da área sobre a qual se implantou a RDSM é algo que chama a atenção – a nível de comparação, a dimensão desta área equivale a mais da metade do território do estado de Sergipe (BR). Devido às dificuldades naturais para a implantação de uma Unidade de Conservação numa área tão grande, ela foi dividida, pelo Projeto Mamirauá (Ayres, 1991), em duas partes: uma que vem servindo como piloto para a implantação do Plano de Manejo onde, de fato, se dão as atividades do Projeto, denominada de Área Focal, ocupando cerca de um sexto da área total, com 260.000 ha, e outra denominada Área Subsidiária, que ocupa o restante. (Ver Mapa 1).

Apesar de a RDSM não estar territorialmente inserida no município de Tefé, é lá que se concentra a base logística do Projeto que dá suporte às atividades de manejo da UC e, também, é a partir dali que se dão as conexões do Projeto com seus parceiros nacionais e internacionais. A infra-estrutura ali estabelecida viabiliza fluxos de gestão e controle sobre o território da Reserva e sobre as demais instâncias do Projeto Mamirauá.

Como Tefé é o pólo regional sobre o qual se assentam as atividades do Projeto, tomaremos a cidade como referência ao analisarmos a questão da localização estratégica da RDSM, pois a UC se insere numa dinâmica regional que precisa ser desvendada.

2.1 O potencial geoestratégico da região onde se insere o Projeto Mamirauá

O município de Tefé conta, segundo dados de 1996 do IBGE, com uma população de 62.810 habitantes, numa área de 22.904 km², o que significa uma densidade demográfica de 2,74 hab./km². Ao se analisar os dados dos últimos recenseamentos, pode-se constatar que Tefé tem se destacado pelo expressivo crescimento populacional. Considerando que as taxas de natalidade não têm apresentado significativas elevações e que a dinâmica regional tem-se dado no sentido da incorporação de novos agentes de desenvolvimento, verifica-se que o incremento populacional deve-se muito mais ao diferencial migratório do que ao crescimento vegetativo.

O centro urbano de Tefé, nas últimas décadas, vem recebendo significativo contingente de migrantes, que deixam as áreas rurais e até urbanas de municípios polarizados em busca de melhores oportunidades de trabalho e acesso a serviços urbanos. Além disso, empreendimentos como o do Exército, que criou a Brigada de Selva no município, reforçam o crescimento populacional.

Tabela 2.1
Tefé e Região – População Residente

	Pop. residente por município		
	1980	1991	1996
Tefé	30.743	54.045	62.810
Alvarães ¹	–	8.486	13.353
Uarini ²	–	5.408	10.546
Fonte Boa	13.520	16.460	22.323
Maraã	9.963	11.855	14.027
Japurá	2.093	10.791	6.307
Jutaí	9.357	14.884	19.373

Fonte: IBGE.

¹ Distrito de Tefé em 1980, recebeu área do mesmo município (Lei n° 1.707 de 23/10/85).

² Recebeu área de Fonte Boa e Tefé (Lei n° 1.707 de 23/10/85).

Como pode ser constatado, a migração se reforçou, tanto para a região de Tefé, quanto em direção a Manaus, não só pelo dinamismo dos centros urbanos regionais, mas, principalmente, pela decadência das atividades agrárias e a falta de assistência ao pequeno produtor, ocasionada pela extinção e/ou sucateamento de alguns órgãos, tais como, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-MA), a Superintendência de Campanhas Médicas (SUCAM) e o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) que se fundiram na Fundação Nacional de Saúde (FNS), o próprio Projeto Rondon, o Movimento de Educação de Base (MEB), o Centro de Treinamento Padre Anchieta, o Instituto de Educação Rural do Amazonas (IERAM) e a Cooperativa Agrícola de Tefé.

A cidade de Tefé se sobressai por sua posição geográfica na Amazônia sul-americana. Se considerarmos a porção ocidental do Estado do Amazonas, esta posição ganha, ainda, mais destaque. Historicamente, Tefé manteve posição geoestratégica por estar localizada à beira de um lago (na verdade, a foz represada do rio Tefé), como porto resguardado, nas proximidades da margem direita do Solimões, com ele interligando-se através de canais e paranás (Menezes, 1994).

A posição da cidade se torna ainda mais estratégica, na medida que exprime uma centralidade consoante às seguintes relações de posição: a localização mediana na bacia hidrográfica do rio Solimões e a posição centralizadora na hinterlândia do Estado do Amazonas. Esta situação privilegiada faz de Tefé uma rota natural, na comunicação fluvial, entre o Brasil e a maior parte dos países da América do Sul setentrional e andina, possuidora de uma posição de grande centralidade em relação à Amazônia Sul-Americana.

Tefé encontra-se em posição mediana entre as fronteiras do Pará (leste), Colômbia (oeste) e Venezuela (norte). Ao “passar” por Tefé, o rio Solimões recebeu diversos afluentes, entre eles, da margem esquerda o rio Japurá e da margem direita, os rios Juruá e Jutaí, responsáveis pela comunicação de Tefé com boa parte do sudoeste do Estado do Amazonas, incluindo o Acre (rio Juruá), e com o nordeste do Estado, através do sistema Japurá – Içá. Para montante, via Solimões, chega-se a Tabatinga e Benjamin Constant, cidades fronteiriças, importantes centros urbanos no que diz respeito às funções militares, relacionadas ao controle das fronteiras amazônicas e ao combate ao narcotráfico.

A inexistência de estradas que incorporem o Estado do Amazonas à malha rodoviária nacional pode ser um dos fatores da manutenção e conservação do meio natural e seu relativo isolamento das frentes de expansão que penetraram pelo Pará e por Rondônia. Este quadro reforça a posição de Tefé na porção ocidental da Amazônia brasileira, área que cada vez realça sua importância no cenário nacional e internacional por esses atributos. A presença de vasta área coberta pelas florestas, que inclui um

estoque de biodiversidade importante e desperta interesse a nível global e uma significativa porção deste território ocidental, definida como áreas especiais para constituição de Unidades de Conservação, revelam a potencialidade de Tefé em termos dos projetos conservacionistas.

Ainda com base no que foi levantado por Menezes (1994), o transporte aéreo tem, em Tefé, um importante ponto de pouso, não só no que diz respeito ao atendimento da demanda urbana e regional, mas como ponto intercalar de rotas que, via Tabatinga, alcançam a cidade de Iquitos no Peru (Varig e TABA). Através de Manaus, a cidade se interliga com as rotas nacionais e internacionais.

Outro elemento a ser abordado diz respeito à localização de Tefé em relação às áreas produtoras de cocaína, na América do Sul. A bacia hidrográfica do Solimões-Amazonas se ramifica aos países limítrofes com o Brasil, que são produtores-exportadores de narcóticos. Apreensões de carregamento de drogas e a detecção de vôos e campos de pouso clandestinos localizam Tefé como ponto integrante da rota. A dificuldade de mensuração e obtenção de dados relativos ao narcotráfico, no entanto, não deve ser razão para excluí-lo da análise. Poderosa, a rota do narcotráfico se apresenta como um vetor importante na estruturação do espaço da Amazônia Ocidental (Idem).

A escolha de Tefé para sediar a 16ª Brigada de Infantaria na Selva da Amazônia explica-se por sua posição geopolítica. A meio caminho na rota fluvial entre a fronteira e Manaus e a meio caminho radial em relação às fronteiras internacionais, Tefé deverá ser equipada para atender a qualquer necessidade premente do Projeto Calha Norte, da Vigilância das fronteiras e do combate ao narcotráfico. Para tanto, foram construídos heliportos de apoio às necessidades de emergência regional. Seguindo o mesmo raciocínio, o município está servindo de intermediário e ponto de apoio na implantação de um batalhão, em Cruzeiro do Sul, no Acre. Isto porque Tefé é rota e meio caminho para o Acre. Todo o equipamento necessário passa por lá, em direção a Cruzeiro do Sul, navegando pelo rio Solimões e penetrando no rio Juruá, às margens do qual está situada a cidade. Este

sub-batalhão será responsável pela vigilância das fronteiras acreanas e será assessorado pelo Batalhão de Tefé. A vigilância e o controle sobre a rota do narcotráfico também legitima a presença das Forças Armadas em Tefé. (Ibidem).

Destaca-se, dentro do Projeto Calha Norte, através da SUFRAMA, a consolidação de sete áreas de livre comércio, ao longo de 11000 km de fronteiras da Amazônia. O objetivo é implementar sete importantes pontos de desenvolvimento econômico e ocupação na fronteira amazônica. Já operam regularmente as áreas de livre comércio de Tabatinga (AM), fronteira com o Peru e Colômbia, de Macapá-Santana (AP) e de Guajará-Mirim (RO). Observando-se o mapa do Amazonas e a localização das cidades propostas para área de livre-comércio, depreende-se que Tabatinga e Benjamin Constant, localizadas no Alto Solimões, e São Gabriel da Cachoeira tendem a comandar uma área, cuja base de apoio econômico é o comércio. Comparando-se esta área com Tefé e sua importância no Médio Solimões, sobressai a tendência polarizadora da cidade frente aos investimentos já incorporados à dinâmica espacial e sua posição geográfica estratégica entre o Alto Solimões, as fronteiras internacionais e a capital Manaus (Ibidem). (Ver Mapa 2)

Matéria veiculada no jornal, Folha de São Paulo (13/10/96), pode bem demonstrar a importância geoestratégica da região e o interesse das Forças Armadas em criar os Territórios do Rio Negro e do Alto Solimões, com o objetivo de garantir a segurança da fronteira do Brasil, na Amazônia e dos recursos naturais da região, fortalecendo o Projeto Calha Norte. O Território Federal do Rio Negro, com capital em São Gabriel da Cachoeira (860 km de Manaus), teria área total de 346 km², na fronteira com Colômbia e Venezuela. A cidade de São Gabriel, às margens do Rio Negro, na região conhecida como “Cabeça do Cachorro”, é considerada um ponto estratégico pelos militares na Amazônia e abrigará um dos radares do Sivam (Sistema de Vigilância da Amazônia). O Território Federal do Alto Solimões teria a capital em Tabatinga, às margens do Rio Solimões, a cerca de 1.100 km de Manaus. A fronteira trinacional é

conhecida por seus problemas, destacando-se o narcotráfico, a extração ilegal de madeira e os guerrilheiros da vizinha Colômbia.

"A divisão do Estado do Amazonas é uma tendência, tendo como ponto de partida a sugestão feita pela Comissão de Estudos Territoriais", afirmou Marcelo Tunes, diretor do Departamento de Articulação com Estados e a Sociedade Organizada, do Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal. O debate sobre a criação de territórios é feito com base em estudos realizados em 1989, por uma comissão de parlamentares e membros do Executivo, a Comissão de Estudos Territoriais, criada por determinação da Constituição de 1988 com a finalidade de apresentar estudos sobre o território nacional e anteprojetos relativos a novas unidades territoriais, notadamente, na Amazônia Legal.

Até o momento, não há nenhuma medida oficial tomada pelo Estado brasileiro, mas a confirmação destes indícios de fragmentação reforça o papel geoestratégico de Tefé e da região do Médio Solimões, assim como a posição de controle sobre o espaço por forças federais.

Por outro lado, rumores de descentralização em termos da gestão territorial do Estado Brasileiro, na região, também podem ser notados, à medida que estes revelam uma tendência, caso se confirmem, de uma ação mais indireta do Estado na região. Neste sentido, a proposta de privatização de florestas brasileiras, feita pelo Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, segundo o que foi divulgado no Jornal do Brasil (15/1/97), pode confirmar essa tendência. Não há ainda nenhuma ação oficial, mas a idéia de "*publicização*" deixaria, para a iniciativa privada, a exploração de áreas de domínio público. Seriam mais de 14 milhões de hectares, envolvendo 39 Flonas (Florestas Nacionais), 24 delas na Região Norte, inclusive a Flona de Tefé, uma área de 1,5 milhão de hectares de significativa biodiversidade, com mais de 210 espécies diferentes de árvores por hectare, entre 300 e 350 espécies de pássaros e 14 de macacos.

Retomando Menezes (1994), é preciso considerar as repercussões

do Projeto RADAMBRASIL sobre a organização do espaço regional polarizado por Tefé. Este mapeou, via radar e explorações pontuais na superfície terrestre, as formações geológicas da Amazônia brasileira. Na esteira do RADAMBRASIL, instalou-se, na região, a PETROBRÁS, inicialmente em Carauari, quando em 1978, detectou uma bacia de gás natural estimada em 400 milhões de m³ e durante seis anos empregou perto de cinco mil trabalhadores. Com a descoberta de petróleo no rio Urucu, município de Coari, a PETROBRÁS se retirou de Carauari. Embora a base no rio Urucu esteja em Coari, o constante assoreamento do rio implica que a produção seja escoada em direção ao rio Tefé e daí atinja o rio Solimões, de onde segue para Manaus. Situam-se, na cidade de Tefé, escritórios de empreiteiras e prestadoras de serviços à PETROBRÁS, assim como agenciadoras de força de trabalho para Urucu.

Diferente do Exército e da PETROBRÁS, a Igreja Católica tem uma presença secular na região. A onipresença da Prelazia de Tefé, instalada na cidade em fins do século passado, rende hoje aliança com quem faz parte da história tefeense e, mais do que isto, está presente e controlando sindicatos, organizações civis, comunidades rurais e indígenas que extrapolam geograficamente os limites municipais. A mensuração geográfica da área de influência da Prelazia constitui-se em forte indicador de centralidade e do poder de regionalização de Tefé (Idem). A Prelazia, talvez, seja, hoje, o único agente que, efetivamente, mantém programas de apoio ao ribeirinho, porém esses programas também passam por um processo de desaquecimento; pode-se constatar, a partir de informações junto ao Assessor Jurídico, além da redução das contribuições financeiras vindas do exterior, a falta de padres e de pessoal capacitado para coordenar e desenvolver estes programas no interior.

Portanto, o Projeto Mamirauá se insere como ator num cenário marcado pela potencialidade, onde a reserva exuberante e diversa da natureza desperta diferentes interesses em diferentes atores. Assim, ao se analisar a implantação do Projeto, não se pode perder a perspectiva do contexto geopolítico em que este se insere. Por estar se estabelecendo uma

dinâmica nova de reorganização territorial, posições geopolíticas, estratégias e parcerias estão se definindo.

Em pesquisa de campo, pude constatar a dificuldade de se obter informações mais consistentes, explicitadas por estes atores do processo, devido ao que podemos chamar de uma “política de segredos”, onde cada ator possui informações estratégicas que se restringem ao âmbito do planejamento e da produção de conhecimento de cada um.

É patente o apoio da Prelazia de Tefé ao Projeto Mamirauá, o que pode ser comprovado pela presença do próprio Bispo de Tefé, Dom Mário Clemente Neto, nas Assembléias Gerais realizadas pelo Projeto, apoiando a implantação do mesmo. Por outro lado, com relação às Forças Armadas, parece-me que as relações político-institucionais com Mamirauá estão sendo “costuradas” pelos gestores do Projeto. A Capitania dos Portos tem realizado operações de vigilância e fiscalização na área da UC, em parceria com o Projeto. Também o Exército tem simulado Operações de Combate na RDSM. Mas, certas inquietações são explicitadas em conversas informais com oficiais da Força Armada que servem em Tefé, como, por exemplo, questões relativas ao afluxo de pesquisadores estrangeiros na região, via Projeto Mamirauá; afirmam que estes pesquisadores passam períodos, um tanto prolongados, na Reserva, realizando pesquisas, com seus passaportes com vistos de turistas.

São diferentes atores, atuando a partir de lógicas e estratégias diferentes. A compatibilização destas é, ao mesmo tempo, um desafio, devido à dificuldade de estabelecimento de ações conjuntas e uma necessidade imperativa, no sentido da garantia da soberania nacional e do acompanhamento dessas ações pelo conjunto da sociedade.

O valor estratégico desta região é realçado pelo fato de ser pouco povoada e detentora de grande riqueza natural. A necessidade de se manter a natureza preservada, defendida no discurso de agentes internacionais, coloca esta área, cada vez mais, como alvo de interesses destes agentes.

2.2 O potencial econômico-ecológico de Mamirauá

A área da UC, definida como RDSM, possui uma extraordinária amostra da hidrologia amazônica, por causa do influxo de água do canal do Auti-Paraná, com origem no Solimões (águas brancas), para o Japurá (águas pretas), bem acima do delta deste último. As várzeas⁸ dessa região são caracterizadas por centenas de lagos (cuja maioria é originária de canais abandonados), paranás, canos, pequenas ilhas, restingas ao longo dos canais e lagos, grandes pântanos de chavascal que passam mais de 8 meses sob as águas (Ayres, 1993). Além disto, encontram-se espécies endêmicas, como o macaco uacari branco, uma significativa diversidade biológica, concentração de madeiras comerciais, alta piscosidade, jacarés e “bichos de casco”⁹. Estas características revelam, não só o grande potencial natural mas, também, econômico da reserva, sendo, inclusive, área muito propícia para implantação de projetos do chamado *ecoturismo*, como pode ser constatado no Plano de Manejo, aprovado e publicado em julho de 1996, que destina áreas da reserva para o desenvolvimento desta atividade.

Mamirauá pode ser definida como o paraíso terrestre, evidenciado por uma paisagem de intensa beleza, onde águas calmas invadem as matas,

⁸ As várzeas foram transformando-se em terra firme e deste modo formaram a grande rede de rios e tributários da bacia Amazônica de hoje. As várzeas têm importância biológica muito grande, pois, com uma alagação anual de até 12 metros, as espécies de plantas e animais têm que ser adaptadas a essas variações, daí porque existe um alto grau de endemismo de espécies na várzea. A diversidade biológica, isto é, número de espécies por uma área definida, é menor na várzea que nas terras firmes vizinhas, no entanto, há na várzea um aumento comprovado da diversidade de árvores e de mamíferos arborícolas à medida que se sobe o rio Amazonas (Ayres, 1993).

⁹ São espécies de quelônios, como tartarugas, tracajás e iacás.

peixes enormes vêm à tona, bandos de aves rasgam o céu acima do espelho d'água, pássaros cantam, bichos pulam nas árvores; Mamirauá, útero da natureza, para onde as águas se retraem e se aglutinam e com elas a essência da vida do ciclo amazônico; paraíso, onde o homem já é, há algum tempo, um ser presente – de visgo em punho e canoa; área que, agora, se torna de valor estratégico, natureza exuberante, diversa e endêmica, reserva de valor. Assim como nos “paraísos fiscais”, não pelas mesmas razões, agentes internacionais querem investir seu capital, trata-se, aqui, não de investimentos em instituições financeiras, mas no conhecimento de bancos genéticos originais, na pesquisa da biodiversidade, inclusive daquela gerada pela adaptação de populações tradicionais ao meio, na pesquisa da evolução das espécies. O paraíso agora é revisitado, o tempo da mansidão das águas e do ritmo da natureza deve agora conviver com a velocidade de fluxos integrados à rede, viabilizados pela tecnologia de ponta.

A RDSM insere-se no ecossistema de várzea, que representa 60.000 a 100.000 km ou cerca de 5% de toda a extensão amazônica (Pires,1974). Segundo dados do Projeto Mamirauá (1996), é a maior unidade de conservação em áreas alagadas do Brasil e a única do país em área de várzea.

O alagamento sazonal decorre da variação no nível das águas, cuja amplitude é de cerca de 10 a 12 metros todos os anos. Nos anos em que as cheias são grandes, geralmente entre os meses de maio e junho, toda a RDSM fica sob águas. O ecossistema de várzea deve sua intensa dinâmica à forte influência do regime das águas que não só afetam fortemente a flora, como também a fauna. Além disso, este regime de enchentes e vazantes anuais cria e destrói terrenos com velocidade assombrosa. Estes terrenos são colonizados na mesma estação pelas gramíneas e pequenos arbustos e, caso o regime das águas dos anos seguintes assim o permita, em pouco tempo as primeiras árvores já estarão estabelecidas. No interior dos habitats terrestres, mais definidos e desenvolvidos, o regime das águas também causa perturbações naturais,

com contínua formação de clareiras, rapidamente recolonizadas. Esta dinâmica, que altera tão fortemente a paisagem, também causa bruscas mudanças em vários aspectos bióticos e abióticos que definem o ambiente de várzea. Neste sentido, a vida na várzea deve estar mais adaptada às alternâncias do que às condições extremas que cada pico sazonal de cheia ou vazante proporciona (Projeto Mamirauá, 1996b).

Os terrenos de várzea são todos de origem quaternária. Enquanto as várzeas pleistocênicas são ligadas, contiguamente, aos terrenos terciários das matas altas de terra-firme, e foram formados pela erosão destes terrenos e pela deposição de seus sedimentos durante os períodos interglaciais, as várzeas holocênicas, mais recentes, formaram-se a partir da deposição de sedimentos vindos dos Andes ou dos Escudos Central-Brasileiro e Guianense. Estes sedimentos mais jovens foram produzidos ao longo dos modernos processos erosivos e carregados pelos rios e canais, por longas distâncias na bacia amazônica (Ayres,1993). As várzeas da Área Focal da RDSM são todas holocênicas (Projeto Mamirauá, 1996b).

Os terrenos de várzea holocênica da RDSM são percorridos por vários paranás (braços de rios ou canais que ligam dois rios entre si), além de inúmeros canais que são regionalmente chamados de lagos. Alguns destes lagos, que podem apresentar-se muito largos em alguns trechos, ficam isolados uns dos outros, nos períodos mais secos, ou interligados pela água da enchente que cobre toda a mata interfluvial, na época das chuvas. Foram identificados, registrados e mapeados 616 lagos na Área Focal da RDSM. Os principais Sistemas de Lagos são os de Mamirauá, Jarauá, Tijuaca, Preguiça, Tapiu, Barroso, Aiucá e Cauaçu. Todos os principais canais destes sistemas correspondem às principais entradas na Área Focal da RDSM. Destes canais de entrada saem outros, em ramificação, que dão acesso aos lagos daquela região em particular. Em verdade, durante a cheia, todos os lagos desta planície podem se unir num único corpo d'água contínuo, tornando-se simplesmente espaços abertos dentro da floresta alagada. Tais lagos possuem, nestes momentos, uma natureza mais associada à dos rios. Entretanto, os lagos, devido ao seu

regime físico e distinta química da água, possuem fauna e flora diferentes daquelas encontradas nos rios (Idem).

O relevo dos terrenos da RDSM é determinado pela deposição diferenciada dos sedimentos trazidos pelas cheias. Tais diferenças de relevo são responsáveis pelo estabelecimento dos dois principais habitats terrestres do ecossistema de várzeas (Ayres, 1993). Os pontos que sofreram maior deposição de sedimentos, que possuem alta granulometria, são localmente chamadas de restingas. Sua elevação faz com que este habitat permaneça alagado por 4 a 5 meses por ano. As depressões, que se interpõem entre as faixas de restinga, são conhecidas como chavascals e ficam sob as águas por 8 a 9 meses por ano. Ocorrem, também, vários outros tipos ou subtipos de habitats terrestres. Porém, como nos casos das restingas e chavascals, o fator determinante de seu estabelecimento parece ser o relevo de seus terrenos e, conseqüentemente, sua suscetibilidade à dinâmica das águas, componente que domina toda a vida do ecossistema da várzea. Existe, também, um grande número de habitats aquáticos, especialmente definidos por sua estrutura física. São distintos, além dos habitats de água aberta como os rios, braços, paranás, canais (ou canos) e lagos, alguns outros habitats perenes, como as ressacas, ou temporários, como os furos, as poças d'água nas praias de areia ou de lama e as próprias formações florestadas, sazonalmente alagadas. Portanto, além da alta diversidade de habitats, ocorrem intensas e contínuas modificações dos habitats aquáticos e terrestres, definidas pela dinâmica das águas na região. As águas são, em última análise, o componente mais importante e mais dramaticamente dinâmico deste ecossistema (Projeto Mamirauá, 1996b).

Os solos amostrados são bastante similares, independendo de sua procedência. São solos que possuem de três a quatro camadas ou horizontes, com colorações distintas, devido aos processos de hidromorfismo (gleização) e mosqueamento (oxidação), com matizes cinzentos e brunados, vermelhos e amarelos, respectivamente. Por este motivo são mais propriamente solos hidromórficos que aluviais (Idem). Os solos hidromórficos possuem limitações econômicas. Apesar de, em

termos químicos, serem solos de grande fertilidade, o alto nível freático atrapalha o uso potencial dos mesmos. Outro fato que chama atenção é que o alto índice de biomassa favorece a estrutura física dos solos nas camadas mais superficiais, porém nas camadas mais profundas o solo é mais maciço. Vimos que, dentro dessas condições ecológicas, o morador local planta culturas de ciclo curto, principalmente a mandioca. Também verificam-se muitas áreas ocupadas por bananas. Segundo pesquisadores, a idéia é buscar diversificar os produtos que possam se adaptar à estas condições. Em alguns locais da reserva, viveiros de camu-camu, estão sendo introduzidos pelo projeto junto aos moradores.

Junto aos solos, o clima e a variação do nível dos corpos d'água são também componentes importantes neste ecossistema. Especialmente baseados nos regimes de cheias e secas, enchentes e vazantes, característicos da área, é possível distinguir estações do ano para toda a região onde se insere a RDSM (Queiroz, 1995).

A “enchente” e a “cheia” são as estações com maior média de precipitação mensal e menor amplitude térmica. Na “vazante”, esta amplitude aumenta, com menores temperaturas mínimas e maiores temperaturas máximas. Na seca, registra-se a menor precipitação mensal média. Assim, percebemos que a pluviosidade local e o nível das águas são componentes abiótopos mais relevantes de RDSM (Projeto Mamirauá, 1996b).

A RDSM repousa num longo trecho onde a pluviosidade varia numa faixa de 2.200 a 2.400 mm (Salati & Marques, 1984). Segundo dados do Departamento Nacional de Águas e Energia (DNAE), para a cidade de Tefé, obtém-se uma média anual para cinco anos (1977-1981) de 2.373 mm. Além disto, Ayres (1986) registrou, para Tefé, 2.890 mm e, para a RDSM, 2.850 de chuva durante o ano de 1984. A maior parte da precipitação concentra-se entre janeiro e abril, mas não foi observado, até o momento, nenhum mês com precipitação inferior a 60 mm ou superior a 450 mm. Apesar de ser registrada uma variação considerável nas temperaturas médias (estudos de Ayres, 1986 e Queiroz, 1995), pode-se

afirmar que as maiores temperaturas são atingidas nos meses de seca – outubro e novembro – com médias mensais variando de 30° a 33°C. As médias das temperaturas mínimas oscilam entre 21° e 23°C. Em todos os estudos realizados, a média de amplitude térmica mensal na RDSM foi de 8° a 10°C (Idem).

Segundo o Plano de Manejo do Projeto Mamirauá (1996b), são disponíveis poucas informações a respeito da flutuação do nível da água na RDSM. Existem registros de, somente, cinco anos, dos quais apenas pouco mais que dois anos de registros diários consecutivos (1994 a 1996). Apesar disto, pode-se afirmar que os momentos em que a água atinge seu ponto mais alto, na cheia, acontecem no mês de junho, da mesma forma que o ponto mais baixo ocorre nos meses de outubro e novembro. A amplitude média desta variação parece estar entre 9 e 11 metros nos anos de 1992 a 1995. Entretanto, ciclos excepcionais, como o da forte seca de 1995, podem apresentar variações superiores a esta faixa.

Em se tratando de um ambiente alagável, por tanto tempo, todos os anos, é quase impossível estabelecer uma distinção entre uma flora terrestre e uma outra aquática. O regime das águas é fator determinante (Ayres, 1993).

Matas altas de terra-firme podem apresentar quase o dobro do número de espécies de árvores e cipós por hectare, que aquele registrado para várzea, em geral e para a RDSM, em particular. As diferenças no período de alagamento, decorrentes das diferenças de relevo entre os terrenos de várzea, levaram ao desenvolvimento de fito-fisionomias distintas nestes mesmos terrenos. Aproximadamente 10,2% da superfície da Reserva está representada por corpos d'água, enquanto os 89,8% restantes são formados por restingas (44,3%), chavascals (31,3%) e outras coberturas (14,2% de palhais, campos, roças e praias). Enquanto as restingas possuem florestas altas, postadas ao longo das margens, os chavascals apresentam uma floresta esparsa, de menor porte e maior espaçamento entre as árvores, com ocorrência de muitos cipós, espinheiros e arbustos. Muitas áreas de chavascal podem ser exclusivamente dominadas por gramíneas ou por arboretas e árvores de espécies

colonizadoras. Restingas e chavascals ocupam a maior parte dos terrenos da RDSM. Nas restingas, podemos encontrar as maiores diversidades de plantas na várzea (Projeto Mamirauá, 1996b).

As restingas altas possuem as maiores diversidades de espécies botânicas, alta área basal e maior número de árvores por unidade de área. Algumas das maiores árvores da Amazônia são encontradas nesta comunidade, como por exemplo, a samaumeira, o assacu e a isqueira. Por sua vez, nas restingas baixas, com um sub-bosque também limpo e de boa visibilidade, as espécies mais dominantes são o matuti-branco, o matá-matá, a piranheira e a abiorana. As palmeiras, em ambos os habitats, são raras (Ayres, 1993).

Em contraste, os chavascals, esparsamente florestados, com pouca visibilidade e muitos arbustos, gramíneas e cipós, possuem uma pequena diversidade de espécies, mas uma alta área basal por unidade de área. As espécies mais frequentes são a embaúba, a munguba, o caraçuzeiro e o louro-chumbo. Os apuís, embora pouco frequentes, são responsáveis pela maior parte da área basal do habitat. As palmeiras são ausentes e são encontradas algumas touceiras de bambus (Queiroz, 1995).

Além de restingas e chavascals, outras fitofisionomias podem ser encontradas na RDSM, mas ocorrem em menores proporções ou são extremamente sazonais. Existem, por exemplo, os palhais, que ocorrem em terrenos mais altos e podem constituir enclaves dentro das restingas. Os palhais são dominados por uma ou mais das seguintes palmeiras: muru-muru, urucuri e açáí. Os palhais ocorrem sempre muito próximos a restingas altas e são mais elevados que estas, estando menos sujeitos aos alagamentos. Outro exemplo são os campos, dominados por gramíneas, que aparecem, durante a seca, em áreas anteriormente ocupadas pelas águas abertas. Estes campos, geralmente, são enclaves nos chavascals ou em outros terrenos baixos e são caracterizados pela ausência de árvores e de plantas lenhosas em geral. A porção aquática da flora da RDSM está bastante sobreposta à flora terrestre, bem como em outras partes alagadas da Amazônia (Projeto Mamirauá, 1996b).

A fauna encontrada na RDSM se caracteriza mais por uma alta taxa de endemismo, do que por uma diversidade muito elevada. Dentre os principais grupos conhecidos, a diversidade registrada é menor ou, no máximo, igual à diversidade encontrada nos ecossistemas externos à RDSM. Talvez a única exceção exista para a ictiofauna, uma vez que o trecho dos rios, que delimitam a RDSM, parece possuir uma quantidade menor de espécies que aquela encontrada na Reserva ou em outros grandes lagos externos, como o lago Tefé ou o lago Amanã, fora dos limites da RDSM. O fato mais notável, dentre aqueles que envolvem os vertebrados da RDSM, é que nela está contida toda a distribuição geográfica conhecida de dois primatas: o uacari-branco e o macaco-de-cheiro-de-cabeça-preta, num notável endemismo. É também possível que a várzea da RDSM seja importante para algumas espécies de distribuição restrita, como o mutum-piuri, e para várias aves aquáticas que já são raras em outras áreas, como os alencornes. Outras características relevantes de caráter conservacionista são a ocorrência de espécies, ameaçadas ou não, que são alvo de exploração de caça pela população humana, como os jacarés e quelônios aquáticos ou, ainda, os felinos que também estão presentes na várzea. São todos animais, cujas áreas de distribuição geográfica vêm sofrendo degradação e fragmentação de habitats em toda a Amazônia (Idem).

A fauna de vertebrados de médio e grande porte da Área Focal da RDSM é, basicamente, idêntica à da floresta de terra-firme circundante, embora menos diversa, pois apenas animais arbóreas ou capazes de nadar bem podem sobreviver na floresta alagável, durante as cheias. Mamíferos, como a anta, o caitetu, a paca, as cotias e os tatus, não ocorrem aqui devido ao fato de terem seus deslocamentos horizontais limitados pelas cheias sazonais (Ayres, 1991). Isto é verdade para quase todo componente terrestre da fauna de vertebrados. Entretanto, animais, marcadamente terrestres em outros locais, como os jabotis, aparentemente encontraram, na várzea, um local bastante favorável e podem ser encontrados na RDSM, ao longo de todo o ano. Dependendo das características da alagação anual, animais de grandes dimensões podem chegar à área, aproveitando-se de

seus recursos alimentares, como ocorrem em outras áreas de várzea (Bodmer, 1990).

As várzeas do Mamirauá também permitem a coexistência de uma pequena gama de mamíferos de água doce, pertencentes a três ordens. São dois casos de endemismos da região amazônica, o peixe-boi e o boto vermelho, além do tucuxi, da ariranha e da lontra. São encontradas, no total, cerca de 340 espécies de aves no Mamirauá. A avifauna da RDSM se contextualiza dentro daquela da Alta Amazônia, sob o domínio das florestas em ambientes de influência aquática. Pode-se afirmar que esta fauna corresponde ao conjunto da avifauna da região que não é encontrada na RDSM (Projeto Mamirauá, 1996b).

Com relação à herpetofauna da RDSM, pode-se dizer que sua diversidade é baixa, quando comparada a outras áreas amazônicas, já que um importante habitat, a terra-firme, não está presente, o que responde pela ausência de muitas espécies (Idem).

Cerca de 300 espécies de peixes foram registradas na Reserva e nos corpos d'água adjacentes. Permanecem poucas dúvidas de que a RDSM possua uma fauna de peixes excepcionalmente diversa. É o maior número de espécies já registrado para um ambiente de várzea. Uma razão para esta diversidade é a amplitude de habitats oferecidos aos peixes e a dinâmica de sua alteração ao longo do ciclo sazonal. Outros traços marcantes do grupo de peixes do local é a existência de um ramo de peixes elétricos, excepcionalmente diverso, e a de um elevado número de espécies que realizam o cuidado com a prole. A alta frequência de cuidado parental nestas águas talvez esteja intimamente relacionada com a grande dinâmica do ambiente e da ocorrência de inúmeras espécies predadoras. O número de espécies de aves, répteis, mamíferos e até mesmo artrópodes, que se alimentam de peixes, é alto no local. Ambos são fatores que poderiam ameaçar o sucesso reprodutivo de várias espécies de peixes encontradas na RDSM (Ibidem).

Além destes inegáveis valores ecológicos, há, também, que se levar em conta os valores econômicos de Mamirauá, como bem coloca o

Plano de Manejo Mamirauá (1996b). As várzeas da Amazônia, como outras áreas alagadas de todo o mundo, são ambientes extremamente produtivos porque recebem, a cada ano, uma renovação de nutrientes através das águas. Por meio de inúmeros estudos realizados ao longo destes 4 anos, pode-se estimar o valor da produção total anual que se dá pela exploração dos principais recursos naturais de Mamirauá, dirigida ao mercado. Ao longo de três anos, a estimativa média foi de US\$ 2.366.000,00, sendo que pirarucus e tambaquis, importantes espécies pescadas na região, representam quase 1/4 deste valor, constituindo, assim, as duas espécies de maior importância econômica na área.

Tabela 2.2

Estimativa do valor econômico produzido na Área Focal da RDMS anualmente advinda do uso dos principais recursos naturais explorados no local, em dólares (médias de 1993-1995)

Produtos	Renda (R\$)
Recursos pesqueiros	867.000,00
Pescadores externos	
Pescadores internos	
Pirarucus	329.000,00
Tambaquis	240.000,00
Outras espécies	417.000,00
Recursos madeireiros (madeira de lei e branca)	107.000,00
Produtos agrícolas farinha de mandioca)	157.000,00
Recursos de caça (jacarés-açu e jacarés-tinga)	64.000,00
Outros (projetos florestais e outros recursos)	185.000,00
Total	2.366.000,00

Fonte: Projeto Mamirauá, Plano de Manejo, 1996.

Ainda, tomando o Plano de Manejo do Projeto Mamirauá como referência, pode-se verificar uma grande variação anual na exploração dos recursos da Reserva, o que reflete as tendências de mercado. Os US\$ 2.366.000,00 foram gerados pela produção para mercado. Deve-se considerar, contudo, que existe uma outra renda, indireta, gerada pela produção de subsistência. Desse modo, desconsiderando-se outras fontes de renda indireta e levando-se em consideração um valor médio de US\$ 2.050.000,00, decorrente do consumo interno de peixes, a Área Focal da Reserva (2.600 km²) gera, anualmente, cerca de 4,5 milhões de dólares. Isto significa que cada hectare de várzea, no Médio Solimões, gera, pelo menos, US\$ 16,98 anualmente. Se levarmos em consideração que a

densidade populacional na Área Focal da Reserva é de 1 família para cada 881 ha, para cada família caberiam pelo menos US\$ 14,959 ao ano, caso toda a renda gerada fosse revertida, exclusivamente, aos residentes da Reserva. Isto implicaria uma renda anual várias vezes superior à renda da população amazônica.

Além dos valores da biodiversidade, dos recursos hídricos e dos cênicos, deve também ser mencionado o valor indireto, representado pela ação de “criatório natural” de espécies pesqueiras, exercido pela RDSM. Em função de toda esta potencialidade, a criação de um novo recorte territorial em Mamirauá pode muito bem se prestar a uma forma efetiva de concretização de um tipo de “paraíso experimental” para a biotecnologia que, para Becker (1995), à semelhança dos paraísos fiscais, pode significar o controle de reservas de natureza e a retirada de porções do território nacional do circuito produtivo.

CAPÍTULO III: AS COMUNIDADES DA VÁRZEA DO MAMIRAUÁ

A ocupação humana moderna de Mamirauá data do início deste século. Antes desta ocupação, a região era habitada por diversos grupos indígenas, dentre os quais, os Omágua predominavam (Medina,1988).

A população ameríndia foi, em sua maioria, dizimada pelas guerras e doenças introduzidas com a colonização e os indígenas remanescentes foram incorporados à sociedade colonial pelo processo de miscigenação, induzido pelo governo português (Medina, 1988).

Atualmente, mesmo as poucas comunidades indígenas existentes na região, duas delas localizadas na Área Focal, têm forte grau de sincretização, tanto cultural quanto biológica. No início do século, a queda da borracha promoveu o crescimento do número de assentamentos modernos na região do Médio Solimões, fundados, principalmente, por comerciantes e trabalhadores que tinham abandonado as regiões de extração de seringa, localizadas a oeste da região. Na várzea, esses primeiros assentamentos produziam lenha para navios a vapor, em uso na época, além de fornecerem pirarucus, peixes-bois e tartarugas e se concentravam em torno de feitorias e “barracões de patrões”, como eram chamados os comerciantes que controlavam o comércio de produtos extrativos por produtos manufaturados, com base no sistema de aviamento (Projeto Mamirauá, 1996b).

Numa relação comercial, onde não havia a mediação do dinheiro e a troca de produtos extrativos por artigos manufaturados era baseada nos respectivos valores monetários, o aviamento tradicional envolvia também o crédito e relações pessoais de dominação, baseadas na dívida (Santos, 1980).

A decadência do aviamento, nos anos sessenta, acelerou o processo de urbanização na região e teve, como consequência, a redução do número de assentamentos localizados na Área Focal da Reserva (Lima-

Ayres & Alencar, 1993).

Segundo classificação estabelecida por Lima-Ayres (1994), os assentamentos de usuários da EEM se dividem em termos de localização, tipo de organização social, zona ecológica, etnia e religião.

Com base na análise e descrições de Lima-Ayres (Idem), além de observações de campo, procuraremos caracterizar esses assentamentos.

Quanto à localização, os assentamentos de usuários se dividem entre aqueles situados dentro e fora da Reserva. Os de fora variam em termos do tipo de utilização (pesca, agricultura ou utilização da madeira), do grau de intensidade de exploração e da dependência dos recursos da Reserva. Todos os assentamentos de dentro da Reserva pertencem, de direito, ao município de Uariní. Porém, os assentamentos localizados na porção sul-oriental estão vinculados ao município de Alvarães. Os assentamentos de fora, localizados no rio Juruá (margem esquerda do rio Solimões), pertencem ao município de Marãa. Embora seu território não inclua nenhuma porção da área da EEM, o município de Tefé é o que mais influencia na vida econômica e social da população de usuários da reserva. Os assentamentos de dentro são todos de várzea (alta ou baixa). Quanto aos de fora, existem assentamentos na várzea, terra firme e áreas mistas, com várzea na frente e a terra firme atrás. O padrão de assentamentos populacionais da região, em que se situa a RDSM, se caracteriza pela ausência de cidades. Além das sedes, não há outros núcleos urbanos em nenhum dos municípios de influência da Reserva. Esta característica é o resultado do tipo de ocupação econômica da região, que levou à dispersão da população. Aliado a este fato, o atendimento comercial móvel, fornecido pelo sistema de aviamento, retardou o desenvolvimento do comércio urbano e, conseqüentemente, de núcleos populacionais concentrados.

A sazonalidade do ambiente imprime um padrão de ocupação humana caracterizado pela mobilidade e relativamente curta duração dos assentamentos. Na várzea, os assentamentos têm uma vida média em torno de 40 anos e alguns apresentam uma história de vários deslocamentos,

quando as casas são coletivamente removidas para um local próximo, devido a mudanças características da várzea. As constantes modificações geomorfológicas do leito do rio provocam ou o crescimento de praias, ou o desbarrancamento das margens que inviabilizam a permanência da população de um mesmo local por períodos longos (Lima-Ayres & Alencar, 1993).

Quanto à organização social, são três os tipos de assentamentos de usuários: comunidades, sítios e casas isoladas. As comunidades são assentamentos rurais que possuem organização política formal, não baseada exclusivamente no parentesco. O modelo de liderança política adotado pelas comunidades foi implementado pelo Movimento de Educação de Base, a partir do final da década de 60 – presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro e presidente do clube de mães. Baseia-se na eleição democrática de cargos comunitários. A organização política das comunidades não possui valor legal, nem representação direta nas câmaras municipais. As comunidades estão se registrando como “associações comunitárias”. A partir de sua existência jurídica como ONGs, as comunidades esperam poder participar diretamente da vida política nacional. O tamanho médio das comunidades é de 13 domicílios. Os sítios são assentamentos menores que as comunidades, não possuem liderança formal ou prática de decisões comunitárias e seus moradores são unidos por laços de parentescos. As casas isoladas, como o termo diz, são aquelas fisicamente distantes de outros assentamentos. Os sítios e as casas isoladas recebem assistência das prefeituras.

São duas as identidades étnicas dos usuários da Reserva: “brancos” ou “ribeirinhos” e “indígenas”. Suas definições são contrastivas e baseadas, atualmente, mais em distinções ideológicas e afiliações político-institucionais, do que em distinções raciais ou culturais. São três os assentamentos indígenas: dois dentro da reserva – Porto Praia, dos Ticunas e Jaquiri, dos Cambebas e um fora – Cuiu-Cuiu, dos Miranhas. Além das diferenciações já apresentadas, outra que pode ser verificada relaciona-se às diferentes religiões: há católicos, protestantes (linha

pentecostal com diversas denominações) e os seguidores da “Cruzada”(irmandade de José da Cruz, uma igreja messiânica). É importante ressaltar as especificidades desta população – moradores da várzea amazônica, uma população sujeita à forte influência dos regimes fluviais anuais e com fortes laços de parentescos.

Esses moradores possuem uma organização comunitária já formalizada, como apresentamos anteriormente, fruto da ação da Igreja Católica através da Prelazia de Tefé – Movimento de Educação de Base (MEB) e Comissão Pastoral da Terra (CPT). Esta organização é considerada, pelas comunidades, como seu instrumento legítimo de representação, frente a entidades externas. Qualquer relacionamento institucional com essas comunidades tem de ser estabelecido através de reuniões formais. As reuniões são abertas para todos os membros da comunidade, dirigidas pelo presidente, que nem sempre possui legitimidade e representatividade junto à comunidade, muitas vezes não sendo reconhecido como líder pela maioria dos moradores locais. A participação feminina nas decisões coletivas ainda é pequena, sendo excluída nas comunidades crentes.

Atualmente, a Prelazia de Tefé tem expandido sua atuação, incentivando a formação de organizações supra comunitárias, que são os setores de comunidades. Pela Prelazia, cada setor possui um ou mais “animadores” de setores, cargo por ela criado. Tanto a organização comunitária, quanto a organização dos setores, além de serem adotadas pelas instituições governamentais, têm o mérito de serem reconhecidas e aceitas pela população local. A administração do Projeto Mamirauá certamente reforçou a organização social existente anteriormente e fortaleceu os chamados setores de comunidade, que reúnem um certo número de comunidades vizinhas. Dados do Projeto Mamirauá (1996b) mostram que cerca de 5.277 pessoas estão diretamente envolvidas no processo de implantação da Reserva. A Área Focal é habitada por 1.668 habitantes e a população de usuários está em torno de 3.600 pessoas. De acordo com os dados do Plano de Manejo do RDSM, a maior parte da

população de moradores e usuários está situada ao longo do rio Solimões, o rio mais navegado, e em áreas próximas aos centros urbanos de Tefé, Alvarães e Uarini. Estão localizados no Solimões, 65% dos domicílios; 30% estão no Japurá, e apenas 5% no Aranapu e Panauã. A pressão demográfica, um índice que reflete a demanda por recursos naturais em cada setor, considerando-se o total de moradores de dentro e usuários de fora em relação à área do setor, é mais alta nos setores, Ingá e Liberdade, localizados no Solimões. (Projeto Mamirauá, 1996b).

O Projeto Mamirauá teve como base sólida para a consolidação da categorização dos lagos na Reserva, o trabalho realizado anteriormente pela Prelazia de Tefé. Este trabalho da Igreja Católica contou com o apoio das lideranças comunitárias e produziu uma hierarquização inicial dos lagos, definida basicamente pelos lagos de manutenção e de procriação. Com a implantação do Projeto, foram definidos pelas Assembléias Gerais os tipos de lagos da Unidade de Conservação: 1) Lagos de Procriação: são lagos intocáveis, preservados para sempre, destinados à reprodução dos peixes. Incluem, na sua área de preservação, as restingas ao seu redor; 2) Lagos de Manutenção: de uso exclusivo da comunidade para pesca de consumo familiar; 3) Lagos de Comercialização: de uso exclusivo da comunidade para a pesca para a venda; 4) Lagos de Manutenção e Comercialização: o mesmo lago é usado exclusivamente pela comunidade tanto para alimentação quanto para a pesca para a venda; 5) Lagos de Reserva: reservados para o caso em que algum tipo de lago não der resultado; 6) Lagos das Sedes: lagos não usados por nenhuma comunidade que serão escolhidos para abastecer as sedes; seu uso não deve prejudicar os lagos das comunidades (Projeto Mamirauá, 1994).

Pode-se verificar que, em boa parte das várzeas do rio Solimões, são adotadas as categorias de lagos definidas a partir do referido trabalho. O movimento de preservação dos lagos comunitários, iniciado nos anos oitenta, consolidou o processo de estruturação política dos assentamentos, ao definir um papel político para as lideranças comunitárias. Em Mamirauá, o direito de guarda foi garantido com a criação da UC e a

implantação do Projeto. Sozinhas as comunidades, sem a infra-estrutura e o aparato institucional necessários, dificilmente teriam condições de fazer com que este direito fosse respeitado por outras comunidades externas ao Mamirauá e pelos pescadores das sedes municipais. Os gerentes do Projeto alegam que a questão da invasão dos lagos, por pescadores vindos de Tefé e de cidades mais distantes, com objetivo de pesca comercial, era o principal problema vivido pelos moradores da área e que a legitimidade trazida pelo Projeto tornou-se o principal fator de apoio comunitário à criação da Reserva.

Participam das Assembléias, além dos representantes comunitários, coordenadores e funcionários do Projeto, também, os pesquisadores envolvidos na implantação da UC. São pesquisadores colaboradores (ligados a outras instituições nacionais e internacionais), bolsistas do CNPq e os que recebem pró-labore pago pela Sociedade Civil. São as informações advindas das pesquisas científicas que dão subsídios para a definição do uso, ocupação e gestão do território, influenciando de forma decisiva os votos dos comunitários.

As Assembléias Gerais realizam-se em alguma das sedes dos municípios onde se localiza a EEM ou na sede de Tefé. São abertas ao público (aos diferentes segmentos da sociedade) e a SCM se encarrega da divulgação e dos convites, além de garantir o deslocamento e a estadia dos comunitários, moradores da Reserva.

De acordo com o Plano de Manejo Mamirauá (1996b), os principais resultados obtidos destas assembléias foram: (I) o fechamento dos lagos da Reserva para a pesca profissional destinada aos mercados mais distantes, principalmente, Manaus e Manacapuru; (II) a definição dos lagos de preservação, manutenção e comercialização de cada comunidade, com a fiscalização dos lagos de preservação a cargo de seus respectivos moradores, com o apoio do IBAMA para atuar em casos de invasões; (III) a alocação de lagos destinados a sedes dos municípios para a pesca comercial; e (IV) a proibição de extração de madeira nas restingas ao redor dos lagos de preservação.

Esse cenário tem sido palco de conflitos que não podem deixar de ser expostos. Alguns pescadores da região, principalmente das sedes de Tefé e Alvarães, não aceitam a fiscalização da área, desconhecendo a legitimidade do Projeto e a autoridade dos comunitários do Mamirauá no controle ao acesso às áreas de pesca. Alegam que, apesar de não viverem dentro da área da Reserva, tradicionalmente, há muitos anos, tiram seu sustento da área e utilizam os mesmos instrumentos de pesca usados pelos moradores dos lagos e que, portanto, não concorrem deslealmente com estes e nem causam impactos danosos ao ambiente de Mamirauá.

Na versão-síntese do Plano de Manejo (Projeto Mamirauá, 1996b), a questão dos pescadores das sedes é abordada. Segundo o documento, entre os maiores desafios enfrentados pela equipe de participação comunitária, está o desafio de mediar as negociações entre comunitários e a Colônia de Pescadores de Tefé, para definição das áreas de pesca profissional, destinadas ao abastecimento das sedes dos municípios vizinhos e sua regulamentação. Dois fatores – a história do Movimento de Preservação de Lagos, que levou o acirramento das divergências entre comunitários e pescadores profissionais em toda a Amazônia e o apoio dado pelo Projeto Mamirauá à defesa dos lagos da Reserva – predisuseram os pescadores profissionais de Tefé a se sentirem prejudicados nas negociações e, socialmente, preteridos. Com isto, os pescadores profissionais têm rejeitado tanto as propostas de áreas de pesca na Reserva, oferecidas pelos comunitários, quanto alguns convites para participarem de reuniões mediadas pelo Projeto Mamirauá. Apesar de nenhum acordo oficial ter sido firmado até o momento, não há enfrentamentos agressivos e a pesca das sedes tem sido feita, principalmente, no setor Jarauá. A manutenção de áreas para a pesca comercial das sedes é uma medida que assegura que a implantação da Reserva não afete negativamente o abastecimento de peixe nos mercados urbanos, vizinhos à Reserva. É, também, uma decisão política que atenua o conflito entre centros urbanos e comunidades e promove o apoio regional à implantação da Reserva. Por isso deve continuar sendo buscada em

encontros mediados pelo Projeto Mamirauá.

Fica, assim, explícito que, hoje, o Projeto se coloca como mediador entre as Comunidades e outros agentes externos à área da Reserva. Qualquer decisão a respeito do uso de recursos da área do Mamirauá deverá ser respaldada e referendada pelo Projeto. Ao mesmo tempo, fica claro que o Projeto não se coloca em confronto direto com esse atores externos; quem o faz são os representantes das comunidades. Esta posição, com certeza, poupa o Projeto de maiores desgates junto à sociedade local, assim como permite que este tenha seus interesses legitimados pelas reivindicações das comunidades.

Se, por um lado, estes conflitos se estabeleceram com o Projeto, por outro, tem diminuído a exploração dos caboclos da várzea pelos padrões da pesca e da madeira, padrões que tradicionalmente têm imposto aos cablocos o sistema de barracão.

Outros conflitos se dão, na escala regional. Algumas “lideranças” locais reclamam do “fechamento” do Projeto, em relação aos poderes instituídos nas sedes municipais, onde se localiza a área da UC. Não só o caráter destas “lideranças” deve ser discutido, mas também a noção de enclave a nível regional, pois extensa área foi subtraída ao controle direto dos governos municipais para a constituição da UC.

Enclave, no sentido de que o Projeto se restringe à gestão da área da UC pois que, em seus objetivos, não há nenhuma menção direta à participação de setores sociais urbanos e a programas a serem desenvolvidos nos centros urbanos. O acesso à área da Reserva passa a ser controlado e os limites bem determinados. De um lado, o paraíso ecológico e a busca da melhoria da qualidade de vida daqueles que nele estão inseridos, do outro, os centros urbanos em seu entorno, com mazelas que não devem contaminar o paraíso. O paradoxo se dá, justamente, pelo fato de que boa parte dos recursos naturais, essenciais à manutenção dos centros urbanos locais (principalmente o pescado), provém de Mamirauá. Além disso, apesar de não se mensurar as áreas imobilizadas pelo Projeto, em relação aos territórios municipais, pode-se ver que são significativas,

não só por sua extensão, mas também pelos recursos nelas existentes, importantes para as economias municipais. Inclusive, ao se analisar esta questão, não podemos deixar de considerar o fato de que todo o território da Área Focal, onde a UC encontra-se verdadeiramente implantada, pertence ao município de Uarini.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: MAMIRAUÁ NO NOVO CONTEXTO AMAZÔNICO

A análise do Projeto Mamirauá não pode ser dissociada do novo significado da Amazônia e da política territorial decorrentes de transformações domésticas e internacionais na virada do milênio. Se constitui num marco na política territorial brasileira, traz em si também, outras dimensões que caracterizam a atual complexibilidade da questão ambiental em que a natureza é redefinida.

Como uma das derradeiras regiões de grande potencial natural da Terra e, ainda, apresentando uma frágil ocupação, a Amazônia brasileira é peça fundamental na composição do cenário geopolítico contemporâneo, tanto para o Brasil, como grande reserva territorial de nossa sociedade, quanto para o mundo, como reserva natural, banco de significativa biodiversidade, modelo e fonte para novas tecnologias, informações e matrizes energéticas. Tudo isto a coloca como um desafio à sociedade nacional e à ciência mundial, que devem criar as bases necessárias para o seu desenvolvimento sustentável.

A implementação de uma nova forma de desenvolvimento com a adjetivação “sustentável” expressa a construção de um novo modo de encarar a Amazônia, novo modo que não se caracteriza por uma visão monolítica.

As pressões ambientalistas e geopolíticas e a inclusão da variável ambiental na política territorial brasileira, em resposta a essas pressões, configuram um vetor tecno-ecológico, resultante de um *projeto preservacionista internacional* e de *projetos comunitários* que buscam, através de redes de alianças transnacionais, apoio a experiências alternativas sustentáveis.

O processo se manifesta em novos recortes territoriais, correspondentes à multiplicação de vários tipos de áreas reservadas e projetos demonstrativos, financiados e geridos pelas novas parcerias. Somadas às terras indígenas, o conjunto de áreas reservadas corresponde a

grandes porções do território amazônico. Segundo Menezes (1995), as áreas indígenas apesar de não serem juridicamente reconhecidas como UCs, são oriundas de reivindicação de um grupo social com base em pressupostos históricos, étnicos e ambientais e supostamente pela forma de ocupação se manteriam ao largo de processos predatórios, conservando os recursos naturais.

De acordo com o Cadastro de Áreas Especiais do IBGE, citado por Bacha (1992) e por Diegues (1994), seriam 42 UCs, totalizando uma área de 295.483,7 Km², representando 6% da área da Amazônia Legal. Dados compilados a partir de Decretos de criação de áreas reservadas indicam um número ainda maior: 72 UCs, com área de cerca de 400.000 Km², subindo para 8% o percentual de áreas reservadas na Amazônia. Enfim, se somarmos ao montante indicado pelo IBGE as áreas indígenas (344 áreas, ocupando um território de 999.595 Km², ou 20,5% da área total) e as UCs criadas no âmbito estadual e municipal, teríamos 28,5% da Amazônia como reservas de natureza (Menezes, 1995).

A combinação dos recortes territoriais com os novos atores revela a estrutura transicional do Estado e da sociedade, bem como a imprevisibilidade do final do milênio. A transformação induzida pelo vetor ecológico pode significar o movimento para um desenvolvimento sustentável mais democrático e flexível ou, pelo contrário, um incentivo à fragmentação.

O vetor ecológico envolve projetos preservacionistas e conservadoristas. O primeiro é fruto de interesses distintos: a legítima consciência ecológica que visa preservar a natureza como estoque de vida, e a geopolítica ecológica, que visa preservá-la como reservas de valor, tem como principais atores governos do Grupo dos Sete, o Banco Mundial, Igrejas e as ONGs. Suas metas, contudo, coincidem com as metas dos projetos conservadoristas, alternativas comunitárias de “baixo para cima” que, para sua sobrevivência, se aliam a redes sociais transnacionais (Becker, 1995c).

Daí pode-se explicitar uma questão fundamental, o Projeto

Mamirauá por suas características, pode ser destacado como um projeto que indica o rebatimento do vetor tecno-ecológico sobre a reorganização territorial da Amazônia contemporânea. Sua implementação é fruto da lógica dos atores da geopolítica ecológica, tanto que no princípio a UC era do tipo Estação Ecológica, como foi abordado anteriormente. Porém, para se viabilizar teve que incorporar elementos conservacionistas, evidenciando mais uma vez seu hibridismo, confirmando seu caráter inovador. O próprio fato da rápida mudança de categoria legal da unidade de conservação de Estação Ecológica para Reserva de Desenvolvimento Sustentável, explicitado anteriormente, reforça essa afirmativa.

Confirmando a hipótese inicial do trabalho, defendo que o caso Mamirauá é indicativo da possibilidade de um novo padrão de desenvolvimento, não totalizante, que ainda está sendo gestado, com contradições e incertezas.

Respondendo às minhas perguntas iniciais acredito que as transformações causadas pelo Projeto Mamirauá no âmbito regional, além de inserirem novos atores no cenário – as agências de pesquisa representantes da ciência & tecnologia, as ONGs (internacionais e nacionais), entre outros – criam novos recortes territoriais e, portanto, novas territorialidades – moradores tradicionais da várzea amazônica continuam organizados em comunidades, mas estas passam a fazer parte de um território que se sobrepõe a elas, que é o território da UC.

É importante ressaltar que vejo a comunidade tradicional como uma população culturalmente diferenciada, vivendo há várias gerações em um determinado ecossistema, em estreita dependência do meio natural para a sua alimentação, abrigo e outras condições materiais de subsistência.

Com a implantação da UC e com a gestão do Projeto, o uso e a vivência do espaço da comunidade depende de regras e normas definidas além dela, regras que passam a valer para todas as comunidades inseridas no Projeto Mamirauá, que criam novas relações com o seu espaço de vivência, estabelecendo novos valores, novos tipos de uso, de ocupação e de produção deste espaço. Além disso, o controle do espaço da UC pelo

Projeto torna suas fronteiras mais nítidas, a acessibilidade mais seletiva, influenciando em práticas territoriais, inclusive relacionadas à sobrevivência de atores inseridos dentro e fora do território da UC, como é o caso das comunidades indígenas e dos pescadores, que vivem nas sedes dos municípios onde a RDSM se localiza.

Uma segunda questão se coloca. Desde o início de suas atividades, a implantação da UC é justificada pela conservação ambiental, e a tese do desenvolvimento sustentável é adotada pelo discurso do Projeto, como se pode constatar no Plano para Implantação da Estação Ecológica do Mamirauá (Ayres, 1991) e nos relatórios semestrais produzidos pelo Projeto. Há referências explícitas, criticando projetos de desenvolvimento que foram implantados na Amazônia, em décadas passadas¹⁰, antíteses do que pretende ser Mamirauá.

Vale notar contudo, que apesar de se colocarem contra a concepção que norteou a implantação de atividades econômicas na Amazônia durante as décadas de 70 e 80, os idealizadores da criação de uma UC, na região de Mamirauá, estruturaram sua proposta em forma de um Projeto, inclusive assim se auto-denominam. A idéia e a concepção do Projeto parte de um grupo de pesquisadores, o que fica patente quando analisamos o já referido Plano para Implantação da Estação Ecológica Mamirauá (Ayres, 1991), e não há como negar, que a proposta inicial, de certa forma, tenha se dado “de cima para baixo”.

Sem dúvida, em Mamirauá, a dinâmica da realidade territorial se impôs, os moradores foram incorporados à gestão, não sem luta pelo território, não sem conflitos. Os gestores do Projeto tiveram sensibilidade

¹⁰ Os dois maiores exemplos de projetos de desenvolvimentos fracassados na Amazônia brasileira são o da Fordlândia Plantação de Seringais, no período de 1926 a 1945, e o Projeto Jari de Ludwig, no período de 1967 a 1982. Ambos se perderam com mal gerenciamento e uso da terra e indevido desmatamento. Ambos culminaram em desastres financeiros, com Ford perdendo cerca de US\$ 9.000.000 e Ludwig cerca de US\$ 750.000.000 (Schimink, 1988; in: Ayres, 1991).

ao tornarem-se parceiros das comunidades; entretanto, mais que sensibilidade, tiveram necessidade, pois sem a incorporação desses moradores, o Projeto não poderia se legitimar.

Apesar de trazer consigo, enquanto proposta fundamental, o objetivo do desenvolvimento sustentável e, de fato, haver uma série de características que o referendem junto à sociedade nacional e o tornem inovador, a concepção inicial do Projeto em Mamirauá o identifica, portanto, com o caráter tradicional de projetos já implantados na Amazônia e que, agora, são rejeitados pelas comunidades locais, pois partiu de um grupo restrito, constituído por pesquisadores, sem o envolvimento direto da sociedade local.

Mamirauá não se identifica com “os grandes projetos”, em termos do impacto ambiental e de mobilização de mão-de-obra, mas sim na escala gigante e na mobilização de capital e no seu isolamento; implantado como enclave, só conectado com os centros urbanos locais naquilo que interessa à gestão territorial da UC; conectado com sistemas econômicos mais amplos, de escala planetária.

Associada a essa segunda questão coloca-se uma terceira, do significado e riscos das parcerias. Um tipo de Projeto como o Mamirauá pode representar a transnacionalização de reservas de natureza na Amazônia brasileira, à medida que sua implantação se relaciona a uma rede planetária de agentes governamentais e não-governamentais, que passam a ter acesso a pesquisas estratégicas e podem, muito bem, desenvolver novas tecnologias com outras nações.

Se, nos anos 80, os grandes Projetos eram uma forma contemporânea de afirmação do Estado nacional (Becker, 1990b), Projetos como Mamirauá podem, muito bem, significar o recrudescimento deste Estado e a afirmação de novos atores que não atuam segundo a lógica nacional. Isto pode ser constatado à medida que sua viabilização não dependeu diretamente de mobilização de recursos e de esforços do governo federal e sim de redes planetárias que se estabeleceram através de fluxos de gestão e de produção que, por essência, seguem uma lógica

transnacional.

Ao participarem do Projeto, as instituições externas garantem seu acesso à pesquisa dos recursos amazônicos, à biodiversidade e às matrizes genéticas; em contrapartida, devem ceder técnicas e informações. Essas parcerias acabam por constituírem uma rede de âmbito planetário; o local se relaciona diretamente ao espaço transnacional (Becker, 1995a). Com isto, uma questão fundamental se coloca: a das responsabilidades, dos direitos e deveres de cada parceiro, no contexto das relações norte-sul. Se as matrizes genéticas encontram-se em Mamirauá, como serão distribuídos os benefícios oriundos da biotecnologia; com quem ficarão as patentes dos produtos desenvolvidos?

A sociedade nacional brasileira precisa proteger seus direitos no que diz respeito à utilização de nossos recursos naturais. Se as regras do mercado internacional exigem que se pague pela tecnologia e pela pesquisa científica, reconhecendo as patentes industriais e intelectuais (dos países do Norte), é necessário que de fato os produtos da natureza e das culturas tradicionais da Amazônia sejam valorizados e que se pague às populações tradicionais por qualquer tipo de utilização destes recursos. A Convenção da Biodiversidade, assinada por mais de 140 países durante a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Meio Ambiente, em 1992, no Rio de Janeiro, já prevê que os agentes que criem produtos que utilizem conhecimento de comunidades tradicionais ou matéria prima nativa devem pagar *royalties* à comunidade ou ao Estado nacional.

ONGs e organismos governamentais internacionais reforçam uma gestão territorial sobre as reservas de natureza a nível global, combinando recursos, ciência e tecnologia numa escala planetária, estendendo a pesquisa da biodiversidade e das matrizes genéticas aos “países de megadiversidade”. Às novas formas de incorporação da natureza, corresponde um novo nível de controle do território.

A constituição e implantação da RDSM dependeu de estruturas globais de poder pois, apesar de ser uma UC decretada pelo Estado do

Amazonas e de o Projeto estar incorporado ao CNPq, sua viabilização só foi possível, a partir de parcerias de âmbito global que reuniram, também, agentes governamentais e não-governamentais que atuam em escala planetária, constituindo redes que incidem sobre a organização territorial dos países, pois dão suporte e financiam projetos voltados para a conservação da natureza. São atores da escala mundial que agem com uma lógica global, em redes calcadas na comunicação e que se viabilizam através da informática, dos satélites, de modernos equipamentos que permitem o controle do território. Tomam decisões rápidas, em velocidade acelerada. Esses projetos são pontuais, de escala local-regional, como o Mamirauá, mas fazem parte de estratégias globais, que têm como pressuposto que a crise ambiental é um problema de ordem planetária, uma questão transfronteiras, que supera o espaço dos lugares e buscam redimensionar a questão da soberania nacional, no sentido da valorização da natureza como patrimônio universal a ser conservado. Neste sentido, como afirma Viola (1991), a biosfera é vista como espaço comum para todos os seus habitantes.

“Se as consequências são globais, ou se os atores envolvidos na questão transcendem uma única região considera-se isto uma questão ambiental global”. (Porter e Brown, 1993)

Por tudo que foi explicitado até aqui posso afirmar que a implantação da RDSM e a constituição do Projeto Mamirauá indicam que novos atores estão presentes e novos processos territoriais estão em curso na Amazônia brasileira contemporânea, redefinindo a organização territorial na região.

Não é possível afirmar que a questão ambiental já está impondo uma nova racionalidade para a ocupação da Amazônia, no sentido da sustentabilidade e de uma nova relação com a natureza, onde a preservação e a conservação sejam pressupostos básicos. Mas, sem dúvida, o caso Mamirauá é ilustrativo no sentido de apontar para o fato de que novos atores (com suas também novas estratégias) e novas parcerias são capazes de definir novos territórios justificados pela conservação e preservação da

natureza. O que não é novo neste processo é o fato de que a criação de áreas especiais como Mamirauá repercutem na dinâmica local, e, em muitos casos, incidem diretamente sobre a organização espacial e territorial de comunidades tradicionais. Portanto, mais um importante desafio deve ser considerado: a compatibilização da conservação e da preservação da natureza com a manutenção das populações tradicionais em seus territórios. A medida que, em Mamirauá, as comunidades locais se inserirem de forma autônoma – de fato e de direito – na gestão do território, esta pode ser uma evidência concreta de que novos projetos, com objetivos voltados para sustentabilidade, podem se viabilizar na Amazônia.

No quadro atual de ocupação da Amazônia, uma das polêmicas existentes se refere a discussão sobre o uso e usufruto se UCs por populações locais. Ainda há correntes com posições preservacionistas mais rigorosas, para as quais as unidades não podem ser objeto de exploração de subsistência, ou até de coleta. Acredito que este tipo de posicionamento não é pertinente, pois há uma demanda por satisfações de necessidades básicas por parte dos moradores da floresta, que reivindicam novos processos que possam levar ao desenvolvimento regional. Este desenvolvimento precisa ser sustentável, não é mais cabível grandes projetos, com grandes e negativos impactos ambientais e sociais. Da mesma maneira, a natureza amazônica não pode se manter intocável em toda sua extensão.

Defendo que a criação de Unidades de Conservação, fiscalizadas pelo poder público e pela sociedade nacional, que de fato envolvam os moradores tradicionais, podem representar uma nova e importante estratégia para a ocupação mais sustentável do espaço amazônico. A meu ver, o que é mais discutível neste processo de reorganização territorial é justamente a repercussão do processo de globalização sobre a escala local amazônica. Não acredito que as parcerias constituídas por redes transnacionais, sob liderança de atores externos, sejam a forma mais legítima de constituição destes novos territórios, é necessário que os atores

nacionais estejam melhor organizados e preparados para que possam realizar “parcerias responsáveis”.

E, para finalizar, cabe verificar que a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá avança em termos dos processos de reorganização territorial da Amazônia brasileira neste final de século, não como um modelo pronto e acabado, não como um exemplo inquestionável, mas como um caso inovador, que pode representar indícios de um novo tempo. Um tempo onde os agentes envolvidos na transformação do espaço sejam parceiros em busca do desenvolvimento sustentável. Cabe a nós, brasileiros, estarmos à frente deste tempo, na garantia de nossa soberania e do uso de nossos recursos em prol da melhoria de nossa qualidade de vida e da manutenção da natureza para as gerações futuras.

BIBLIOGRAFIA

ALEXANDER, B. "People of the Amazon Fight to Save the Flooded Forest". **Science**. Vol. 265:606-607, 1994.

ARNT, R. A. & SCHWARTZMAN, S. **Um artifício orgânico: transição na Amazônia e ambientalismo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

ATENCIO, J. **Ques es la geopolítica**. Buenos Aires: Plemear, 1975.

AYRES, J.M. **As Matas de várzea do Mamirauá**. Brasília: CNPq/SCM, 1993.

_____. "Estação Ecológica Mamirauá: o desafio de preservar a várzea na Amazônia". In: FRANCO, H. **Trópico em movimento**. Belém: UFPa, POEMA, 1994.

_____. The Conservation Status of the White Uakaris. **Primate Conservation**, 1993, 7:22-26.

_____. **Uacaris and the Amazon Flooded Florest**. Ph. D. Suddepartament of Veterinary Anatomy. Londres: Cambridge University, 1986. Unpublished.

AYRES, J.M. et alli. **Plan the implementation of the Estação Ecológica do Lago Mamirauá, Amazonas/Brazil**. Draft Version, April 1991, mimeo.

BECKER, B.K. e EGLER, C.A.G. **Brasil: uma nova potência regional na economia mundo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

BECKER, B.K. "A Geografia e o Resgate da Geopolítica". **Revista Brasileira de Geografia**. Ano 50 (20). Rio de Janeiro: IBGE, 1988.

_____. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990a.

_____. "A fronteira em fins do século XX: oito proposições para um debate sobre a Amazônia. In: BECKER (org) et alii. **A fronteira Amazônia: questões sobre a gestão do território**. Brasília: UNB/UFRJ, 1990b.

_____. "A Geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável.". In: CASTRO (org.) et alii. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 1995d.

_____. **Amazônia Pós Eco-92**. In: BURSZTYN (org.) et alii. **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993b.

_____. "A amazônia no mundo". **Folha do Meio Ambiente**. Brasília, dez./jan., 1995b.

_____. **Geopolítica da Amazônia**. Brasília: FBDS, 1995c.

_____. "Geografia Política e gestão do território no limiar do século XXI". **Revista Brasileira de Geografia**. Ano 53 (3). Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

_____. "Logística: uma nova racionalidade no ordenamento do território?" In: **3º Simpósio de Geografia Urbana**. Rio de Janeiro: AGB, 1993.

_____. **O papel da Amazônia nos cenários para o planejamento ambiental**. Brasília: Atlas, MMA, 1995a.

_____. “O uso político do território”. In: **Abordagens políticas da espacialidade**. Rio de Janeiro: Dep. Geografia, UFRJ, 1983.

BODMER, R. Responses of ungulates to seasonal inundations in the Amazon Floodplain. In: **Journal of Tropical Ecology**, 6:191-201, 1990.

BODMER, R.E. & AYRES, J. M. Sustainable Development and Species Diversity in Amazonian Forest. **Species** 16: 22-24, 1991.

BOLOGNA, G. (org.). **Amazônia, adeus**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. COMISSÃO INTERMINISTERIAL PARA PREPARAÇÃO DA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **O Desafio do desenvolvimento sustentável**. Brasília: CIMA, 1991.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL. SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA. **Ação governamental na Amazônia. Subsídios ao zoneamento ecológico-econômico e ao Plano de Desenvolvimento da Amazônia**. Brasília: SUDAM/SDR, 1990.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **O desafio do desenvolvimento sustentável**. Brasília: CIMA, 1991.

CEDI. “Amazônia”. **Tempo e Presença**. Nº 244/245, ago./set. 1989.

CMMAD. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro, FGV, 1988.

CLAUSEWITZ, C, V. **Da guerra**. Lisboa: Perspectiva & Realidade, 1976.

COSTA, F.A. **Ecologismo e questão agrária na Amazônia**. Belém: UFPA/NAEA, 1992.

COSTA, W.M.N. **Geografia Política e Geopolítica**. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1992.

_____. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988.

DIEGUES, A.C.S. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: NUPAUB/USP, 1994.

FASE/FAOR. “Diversidade Ecosocial e estratégias de cooperação entre ONGs na Amazônia”. **Anais do Encontro Internacional do Trabalho**. Rio de Janeiro: FASE, 1995.

FATHEUER, T. W. **Novos caminhos para a Amazônia? O Programa Piloto do G7: Amazônia no contexto internacional**. Rio de Janeiro: FASE/SACTES, 1994.

FERNANDES, R. C. **Privado porém público - o Terceiro Setor na América Latina**. Rio de Janeiro: Civicus/Relime Dunará, 1994.

FIGUEIREDO, A. H. “As formas de intervenção pública na apropriação e uso do espaço amazônico”. **Geografia e questão ambiental**. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

FOUCOULT, M. **A microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

G7/BANCO MUNDIAL/GOVERNO BRASILEIRO. **Programa Piloto para a Conservação das Florestas Tropicais Brasileiras**.

GONÇALVES, C.W.P. “Amazônia. Caminhos próprios para superar a tragédia”. **Políticas Governamentais**. Vol. X, nº 99, fev./mar. 1994, pp. 31-2.

_____. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1990.

GOODMAN, D. and HALL, A. **The Future of Amazônia; Destruction or Sustainable Development**. St. Martins Press, 1990.

GOVERNO DA BAHIA. SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Cadastro de Unidades de Conservação**. Salvador: CRA, 1994.

GUIMARÃES, R. P. **Desenvolvimento Sustentável: uma proposta alternativa ou retórica neoliberal**. Simpósio Internacional: O Desafio do Desenvolvimento Sustentável e a Geografia Política, UGI/UFRJ/LAGET. mimeo, 1995.

_____. “Ecologia e política na formação social brasileira”. **Dados, Revista de Ciências Sociais**. Vol. 31, nº 2. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

HÉBETTE, J. “Natureza, tecnologia e sociedades: a experiência brasileira de povoamento do trópico úmido”. **Pará Desenvolvimento**. Belém: IDESP, jan/jun. 1988, p. 3-9

HOYOS, J.L.B. Amazônia e meio ambiente: contexto ecológico, ocupação

autrópica e impactos. In: MAIMON, D. (coord.). **Ecologia e desenvolvimento**. APED, 1992, p. 137-59.

IANNI, O. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1992.

IBGE. **Diagnóstico Brasil, a ocupação do território e o meio ambiente**. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

JORNAL DO BRASIL. **Governo pretende privatizar 39 florestas**. Brasil, p. 8, 15/01/97.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. **Governo pretende dividir mapa da região amazônica**. Brasil, p. 5, 13/10/96

LACOSTE, Y. **A geografia serve antes de mais nada para fazer a guerra**. São Paulo: Papirus, 1993.

LANDIN, L. **A invenção das ONGs, do serviço invisível à profissão**. Tese de Doutorado, PPGAS, Museu Nacional, UFRJ, 1993.

LIMA-AYRES, D. A Implantação de uma unidade de conservação em área de várzea: a experiência de Mamirauá, In: D'ICAO, M.A. (org.). **A Amazônia e a Crise da Modernização**. Belém: MPEG, 1994.

LIMA-AYRES, D & ALENCAR, E. Histórico da ocupação humana e mobilidade geográfica de Assentamentos na Área da Estação Ecológica Mamirauá. **Anais do IX Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambu: ABEP, 1993.

MACHADO, P. A. L. **Direito Ambiental Brasileiro**. São Paulo: Ed.

Revista dos Tribunais, 1991.

MEDINA, J. **The Discovery of the Amazon**. New York: Dover Publications, (ed). 1988.

MENEZES, L.A. **Em busca de um novo padrão de desenvolvimento: o ambientalismo e as formulações de políticas públicas na Amazônia**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ-PPGG, 1995.

MENEZES, M. L. **Espaço e descentralização na Amazônia Ocidental: a cidade de Tefé -Anteprojeto de Pesquisa**. Rio de Janeiro: PPGG/UFRJ, 1994, mimeo.

MOREIRA NETO, C. A. **Índios da Amazônia: de maioria a minoria (1750-1850)**. Petrópolis: Vozes, 1988.

MORÁN, E. **A ecologia humana das populações da Amazônia**. . Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

MILANO, M.S. et alii. **Possibilidades alternativas para o manejo e o gerenciamento das Unidades de Conservação**. Brasília: IBAMA, 1993.

MIYAMOTO, S. **Geopolítica e poder no Brasil**. São Paulo: Papirus, 1995.

MMA. **Política Nacional Integrada para a Amazônia Legal**. Brasília: CNAL/SCAAL, 1995.

PIRES, J.M. Tipos de vegetação da Amazônia. **Brasil Florestal** 5 (17): 48-58, 1974.

POLSHEK, P.M. Projeto Mamirauá: An Integrated Conservation Initiative. **TCD Newsletter**, 1993, 27:1-4.

PROJETO MAMIRAUÁ. **1º Relatório**. Setembro 1991-Janeiro 1992. mimeo.

_____. **Adendo ao 1º Relatório**. Setembro 1991-Janeiro 1992, mimeo.

_____. **Relatório Semestral # 1**. Março-Outubro 1992,mimeo.

_____. **Relatório Semestral # 2**. Outubro 1992-Março 1993, mimeo.

_____. **Relatório Semestral # 3**. Abril-Setembro 1993, mimeo.

_____. **Relatório Semestral # 4**. Outubro 1993-Março 1994, mimeo.

_____. **Relatório Semestral # 5**. Abril-Outubro 1994, mimeo.

_____. **Relatório Semestral # 6**. Outubro 1994-Março 1995, mimeo.

_____. **Estação Ecológica Mamirauá. Plano de Manejo (versão resumida)**. Tefé: SCM, 1996.

_____. **Mamirauá - Plano de Manejo (Síntese)**.Brasília: SCM; CNPq /MCT; Manaus: IPPAM, 1996b.

PORTER, G. & BROWN, J. W. **Global environmental politics**. Oxford: Westview Press, 1991.

QUEIROZ, H.L. Uma experiência de Conservação na várzea da Amazônia

- brasileira. **Netropical Primates**, 2(1): 12-13,1994.
- _____. **Preguiças e Guaribas. Os mamíferos Folívoros Arbícolas de Mamirauá**. Brasília: MCT-CNPq e SCM, 1995.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- RATTNER, H. “Tecnologia e desenvolvimento sustentável: uma avaliação crítica”. **Revista de Administração**. São Paulo, vol. 26, nº 1, pp. 5-11, jan./mar. 1991.
- REMSEN, B. & PARKER, P. Contribution of river-created habitats to bird species richness in Amazonia. **Biotropica**, 15 (3):223-231, 1983.
- RIBEIRO, N.F. **Um novo modelo de proteção ambiental para Mamirauá**. Projeto Mamirauá, Relatório Semestral, Abril-Outubro de 1994, mimeo.
- ROS FILHO, L. C. **Financiamentos para o Meio Ambiente**. Brasília: IEA, 1994.
- SACHS, I. **Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento**. São Paulo: Vértice, 1986.
- _____. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN (org.) et alli. **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993, pp. 30-56.
- SALATI, E & MARQUES, J. Climatology of the Amazon region. **The Amazon. Limnology and landscape ecology od a mighty river and its basin**. Netherlands: Junk Publishers, 1984.
- SALOMON, Lester e ANHEIER, Helmut. “In Search of Non-Profil Sector. I: The Question of Definitions”. **Voluntas 3/2**. Manchester: Manchester University Press, 1992.
- SANTOS, R. **História Econômica da Amazônia**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.
- SANTOS, C.V.E. e FALEIROS, A.A. **Custo de implantação de unidades de conservação na Amazônia Legal**. Brasília: FUNATURA, 1992.
- SEMA. **Resoluções CONAMA - 1984/1988**. Brasília: SEMA, 1988.
- _____. **Legislação Básica do CONAMA**. Brasília: SEMA, 1988.
- SCHUBART, H.O.R. A questão ecológica na Amazônia: certezas e incertezas. In: **C & T no processo de desenvolvimento da região amazônica**. Brasília: CNPq, 1990.
- SHIVA, V. “? Que quiere decir ‘sustainable’?” **Revista Del Sur**. Red del Tercer Mundo, nº3, 1991, p. 28-31.
- SILVA, E.B. **Infra-estrutura para Desenvolvimento Sustentado e Integração da América do Sul**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1997.
- UFJF-GTU. **Campus Avançado de Tefé/AM-Planejamento Geral**. Juiz de Fora: UFJF, 1985.
- VERHELST, Thierry G. **Des Racines pour Vivre**. Paris: Editions Ducolot, 1987.

VIANNA, A. **Unidades de Conservação: um debate conceitual.** Brasília, mimeo, IEA, 1994.

VICENS-VIVES, J. **Tratado general de geopolítica.** Barcelona: Editorial Vicens-Vives, 1972.

VIOLA, E.J. **O Movimento ecológico no Brasil (1974-1986).** Campos do Jordão: Anpocs, 1986.

VIOLA, E.J. e LEIS, H.R. Desordem global da biosfera e a nova ordem internacional: o papel organizador do ecologismo. In: LEIS, H.R. (org.) et alli. **Ecologia e política mundial.** Rio de Janeiro: Vozes, FASE, AIRI/PUC, 1991.

WILLIAMS, S.T. "International aspects of biodiversity". **The Forestry Chronicle**, august 1991, vol. 68, nº 4.

A obra

A implantação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá: um caso no processo de Reorganização Territorial da Amazônia Brasileira no Final do Século XX

da autoria de

Vicente Paulo dos Santos Pinto

publicada pela

CLIOEDEL - Clio Edições Eletrônicas -

foi editada e formatada com a seguinte configuração de página:

tamanho do papel: A4,

orientação: paisagem,

margens superior e inferior: 1,5 cm

margens esquerda e direita: 1,5cm

medianiz: 0 cm,

distancias do cabeçalho

e rodapé em relação à

borda do papel: 1,25 cm.

O texto foi digitado em

Word para Windows, versão RTF

com fonte Times New Roman 12,

espaço 1 e recuo de parágrafo de 1,25 cm.

As notas de roda-pé, com mesma fonte, mas tamanho 10.

E as transcrições de mais de 3 linhas

em itálico e com recuo de 2 cm à

esquerda e 0,5 cm à direita.

Os direitos desta edição são propriedade do autor. Esta obra pode ser obtida gratuitamente através da **Clio Edições Eletrônicas** <<http://www.clionet.ufjf.br/clioedel>> e reproduzida eletronicamente ou impressa desde que para uso pessoal e sem finalidades comerciais e não sofra alterações em seu conteúdo e em sua estrutura eletrônica.